



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA

EVELYM SAMLLA PEREIRA DE BRITO

REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA DE OBRAS DE ARTE À LUZ DO RDA

FORTALEZA

2023

EVELYM SAMLLA PEREIRA DE BRITO

REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA DE OBRAS DE ARTE À LUZ DO RDA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada ao Curso de Graduação em Biblioteconomia do Departamento de Ciências da Informação da Universidade Federal do Ceará, como requisito para obtenção do título de bacharelado em Biblioteconomia.

Orientadora: Profa. Ma. Cyntia Chaves de Carvalho Gomes Cardoso.

FORTALEZA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B875r Brito, Evelyn Samlla Pereira de.
Representação Descritiva de obras de arte à luz do RDA / Evelyn Samlla Pereira de Brito. – 2023.
96 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Curso de Biblioteconomia, Fortaleza, 2023.

Orientação: Profa. Ma. Cyntia Chaves de Carvalho Gomes Cardoso.

1. representação descritiva. 2. RDA. 3. AACR2. 4. representação de obras de arte. 5. modelos conceituais. I. Título.

CDD 020

EVELYM SAMLLA PEREIRA DE BRITO

REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA DE OBRAS DE ARTE À LUZ DO RDA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada ao Curso de Graduação em Biblioteconomia do Departamento de Ciências da Informação da Universidade Federal do Ceará, como requisito para obtenção do título de bacharelado em Biblioteconomia.

Aprovada em 13/12/2023.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Ma. Cyntia Chaves de Carvalho Gomes Cardoso (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Odete Máyra Mesquita Sales
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Laiana Ferreira de Sousa
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Hamilton Rodrigues Tabosa (Suplente)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus, pela minha vida, e por me permitir ultrapassar todos os obstáculos encontrados.

Em segundo lugar a minha orientadora Profa. Ma. Cyntia Chaves, que teve paciência e sempre foi dedicada a atender os meus questionamentos, e me auxiliou em todas as etapas. E com a disciplina ministrada Representação Descritiva, pode me encaminhar para o início da minha pesquisa. Agradecer a banca formada pelas professoras, Dra. Odete Máyra e Dra. Laiana Sousa, pelos comentários e contribuições, que possibilitou maior enriquecimento do trabalho. Ao professor Dr. Hamilton Tabosa, suplente da banca, por aceitar o convite.

Agradecer também aos meus professores, que estão presentes em cada etapa do trabalho, desde a introdução, a metodologia e a conclusão, todas as aulas que pude absorver conhecimento, durante a minha jornada acadêmica, é graça a eles.

E por último e não por isso menos importante, a minha família. Que esteve comigo durante todas as etapas e continuam me apoiando, desde a matrícula na UFC, no primeiro dia de aula, até a formatura. Minha mãe, Maria Batista, por me incentivar a estudar desde pequena e sempre apoiou as minhas decisões, meu pai, Edivan Batista, por investir em mim e acreditar no meu futuro, minha irmã, Edlayne Wemelly, por me ensinar a ler e apresentar o mundo da leitura, o que incentivou a minha escolha de bibliotecária, e meu cunhado, Ayrton Paulo, que sempre nos acompanha e enfrenta as dificuldades do dia a dia com a gente.

Quero dizer apenas que, tudo o que tentei na vida, tentei com todo o coração fazer bem; que tudo o que me dediquei, me dediquei completamente; que nos grandes e pequenos objetivos, sempre avancei com empenho (Dickens, 2018, p, 723).

RESUMO

Visando identificar os avanços trazidos pelo RDA na representação descritiva de obras de arte, a pesquisa tem como objetivo geral analisar o novo código, e fazer comparativo com o Código de Catalogação Anglo-Americano, na descrição de obras de arte. A pesquisa teve como objetivo específico, analisar os modelos conceituais Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR) e os Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade (FRAD), o seu funcionamento e os seus conceitos, e caracterizar e explicar o RDA, com a identificação de sua estrutura. A metodologia consistiu em levantamentos bibliográficos, análise de conteúdo, documental e análise comparativa, onde foi utilizado o AACR2, os Princípios Internacionais de Catalogação, o FRBR e o FRAD e o RDA, para consulta ao realizar a análise. Com isso a análise consistiu em identificar as novas regras estabelecidas pelo RDA, com base nos modelos conceituais, analisar as diferenças entre os códigos, tanto das terminologias utilizadas, como mudança em regras. Além de observar o alinhamento do RDA, com o MARC21. Conclui-se que o novo código traz avanços necessários para a catalogação, onde se abre novos diálogos para a utilização que fazemos hoje do AACR2, além de enfatizar o uso do padrão de metadados MARC21, em diferentes contextos, assim como o próprio RDA, que tem grandes possibilidades em diferentes campos de aplicação. A pesquisa destacou não apenas as vantagens trazidas pelo RDA na catalogação de obras de arte, mas também os desafios que devem ser superados para sua adoção efetiva.

Palavras-chave: representação descritiva; RDA; AACR2; representação de obras de artes; modelos conceituais.

ABSTRACT

Aiming to identifying the advances brought by RDA in the descriptive representation of works of art, the research has the general objective of analyze the new code, and making a comparison with the Anglo-American Cataloging Code, in the description of works of art. The research had the specific objective of explain the conceptual models of Functional Requirements for Bibliographic Records (FRBR) and Functional Requirements for Authority Data (FRAD), their functioning, concepts, and characterize and explain RDA, with the identification of its structure. The methodology consisted of bibliographic surveys, content analysis, documentation and comparative analysis, using the AACR2, International Cataloguing Principles, FRBR, FRAD, and RDA, for consultation when carrying out the analysis. The analysis focused on identifying the new rules established by RDA, based on conceptual models, analyzing the differences between the codes, including terminologies used and rule changes. In addition to observing the alignment of the RDA, with MARC21. It is concluded that the new code brings necessary advances to cataloging, opening new dialogues compared to the current use of AACR2, and emphasizing the use of the MARC21 metadata standard in different contexts, RDA itself has significant potential in various fields of application. The research highlighted not only the advantages brought by RDA in the cataloging works of art, but also the challenges that must be overcome for its effective adoption.

Keywords: descriptive representation; RDA; AACR2; representation of works of art; conceptual models.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – MARC 21 no RDA	31
Figura 2 – Modelo FRBR	35
Figura 3 – Exemplo do Grupo 1	36
Figura 4 – Diagrama do Grupo 2	37
Figura 5 – Relações do Grupo 3	38
Figura 6 – Modelo Base FRAD	42
Figura 7 – Modelo conceitual FRAD	43
Figura 8 – Autorretrato	52
Figura 9 – Autorretrato 2	53
Figura 10 – Obra sem título	55
Figura 11 – Última ceia	56
Figura 12 – A última ceia de Da Vinci	58
Figura 13 – A última ceia de Giampietrino	59
Figura 14 – Retrato de um cavalheiro	61
Figura 15 – Capítulo 12 do RDA	65

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Estrutura do RDA.....	29
Quadro 2 – Atributos de uma <i>pessoa</i>	39
Quadro 3 – Atributos da <i>pessoa jurídica</i>	39
Quadro 4 – Entidade <i>família</i>	44
Quadro 5 – Definição de <i>regras e agência</i>	44
Quadro 6 – Atributos de uma <i>pessoa</i>	45
Quadro 7 – Atributos de <i>família</i>	45
Quadro 8 – Atributos de <i>pessoa jurídica</i> FRAD.....	46
Quadro 9 – Atributos de <i>obra</i>	46
Quadro 10 – Atributos de item	46
Quadro 11 – Lista de obras de arte.....	51
Quadro 12 – Representação Descritiva da obra 1.....	52
Quadro 13 – Representação Descritiva da obra 2.....	53
Quadro 14 – Representação Descritiva da obra 3.....	55
Quadro 15 – Representação Descritiva da obra 4.....	57
Quadro 16 – Representação Descritiva da obra 5.....	58
Quadro 17 – Representação Descritiva da obra 6.....	60
Quadro 18 – Representação Descritiva da obra 7.....	61
Quadro 19 – Representação Descritiva no RDA da obra 1	65
Quadro 20 – Representação Descritiva no RDA da obra 2.....	69
Quadro 21 – Representação Descritiva no RDA da obra 3.....	71
Quadro 22 – Representação Descritiva no RDA da obra 4	73
Quadro 23 – Representação Descritiva no RDA da obra 5.....	75
Quadro 24 - Representação Descritiva no RDA da obra 6.....	78
Quadro 25 – Representação Descritiva no RDA da obra 7	79
Quadro 26 – Diferenças em questão a regras entre o AACR2 e o RDA.....	83
Quadro 27 – Terminologias no AACR2 e no RDA.....	83

LISTA DE SIGLAS

AACR	Anglo-American Cataloguing Rules
AACR2	Anglo-American Cataloguing Rules Second Edition
ACOC	Australian Committee on Cataloguing
ALA	American Library Association
BL	British Library
CBU	Controle Bibliográfico Universal
CCC	Canadian Committee on Cataloguing
CLA	Canadian Library Association
CLIP	Chartered Institute of Library and Information Professionals
FEBAB	Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições
FRBR	Functional Requirements for Bibliographic Records
FRAD	Functional Requirements for Authority Data
FRSAD	Functional Requirements for Subject Authority Data
IFLA	International Federation of Library Associations
ISBD	International Standard Bibliographic Description
JSC	Joint Steering Committee for Revision of AACR
LC	Library Association
LRM	Library Reference Model
MARC	Machine Readable Cataloging
RDA	Recursos: Descrição e Acesso
UNIMARC	Universal Machine Readable Cataloging

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	METODOLOGIA	17
3	CATALOGAÇÃO	19
3.1	Breve história da catalogação	19
3.2	MARC 21	22
4	CÓDIGO DE CATALOGAÇÃO RDA	24
4.1	Objetivo e propósito	25
4.2	Relevância para a área	26
4.3	Do AACR2 para o RDA	27
4.4	Normas relacionadas	28
4.5	Estrutura	29
5	MODELOS CONCEITUAIS	32
5.1	FRBR	33
5.1.1	<i>Entidades, Relacionamentos e Atributos</i>	34
5.2	FRAD	40
5.1.2	<i>Entidades, Relacionamentos e Atributos</i>	41
6	CATALOGAÇÃO DE OBRAS DE ARTE NO AACR2	48
6.1	Campo abrangido	48
6.2	Áreas de descrição específicas	49
6.3	Representação Descritiva no AACR2	51
7	CATALOGAÇÃO EM RDA	63
7.1	Elementos Centrais	63
7.2	Estrutura	64
7.3	Representação Descritiva no RDA	64
7.4	Diferenças entre o AACR2 e o RDA	82
8	CONCLUSÃO	85
	REFERÊNCIAS	87
	APÊNDICE A – ATRIBUTOS DE UMA OBRA	90
	APÊNDICE B – ATRIBUTOS DE UMA EXPRESSÃO	91
	APÊNDICE C – ATRIBUTOS DE UMA MANIFESTAÇÃO	93
	APÊNDICE D – ATRIBUTOS DE UM ITEM	96

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, assim como nas décadas passadas, a informação e o conhecimento, continuam sendo importantes recursos para a sociedade, seja no aspecto político, econômico ou educacional. A informação tem sido presente em nosso cotidiano e sua relevância é observada desde o início de nossa civilização.

A criação de grandes bibliotecas foi uma das formas encontradas para preservar e disseminar o conhecimento. Essas bibliotecas se desenvolveram com o passar dos tempos, não apenas para gerenciar as coleções, mas, também, para garantir o acesso. Desde a biblioteca de Alexandria, onde o bibliotecário Calímaco estabeleceu um critério para a organização dos rolos de papiro, até a criação da imprensa por Gutenberg, no século XV, e outras tecnologias desenvolvidas que incrementaram a produção do livro, surgiu a preocupação de como recuperar esse grande volume de informações.

Para que se tenha acesso aos itens disponíveis em um acervo, seja virtual ou presencial, foram desenvolvidas ferramentas para recuperação da informação, que permite o acesso às obras de um acervo pelo usuário, através da organização por meio da catalogação. A catalogação tem como propósito registrar os itens bibliográficos em uma determinada base de dados de uma instituição, pensando em sua recuperação pelo usuário. Na área da Biblioteconomia, outro termo designado para esse processo é a representação descritiva, que envolve a identificação e definição dos metadados de um documento, tais como título, autores, editora, ano, entre outros. Para o presente trabalho foi utilizado o termo *representação descritiva*, por se adequar melhor os objetivos da pesquisa. Foi utilizado o termo catalogação ao descrever o histórico e evolução da área, por ser um termo mais difundido.

Sobre a catalogação de obras de arte, o foco da pesquisa, se trata de um processo de relevância dentro de um equipamento cultural. Através da catalogação se visa à ordenação das obras, para futura recuperação. Com a catalogação é possível organizar e armazenar dados de forma sistemática, facilitando sua localização e acesso. Os códigos de catalogação são usados para descrever diferentes tipos de obras, como pinturas, esculturas, fotografias e manuscritos.

O catalogador é responsável por fazer o levantamento das informações relevantes contidas em cada obra, através das fontes de informação, preenchendo os

campos de acordo com a regra de catalogação utilizada pela instituição, seja através de fichas de catalogação, ou um sistema de gestão de acervos.

Os códigos de catalogação são usados para descrever obras de arte de acordo com seu título, artista, data de criação e outras características. Isso torna mais fácil para pesquisadores, curadores, entre outros, encontrar peças de arte específicas com rapidez e precisão.

Percebeu-se a necessidade de padronizar a forma como era realizada a descrição bibliográfica. Assim, foram criados princípios e padrões de catalogação, a exemplo da norma *International Standard Bibliographic Description* (ISBD) e do *Anglo-American Cataloguing Rules* (AACR). Uma maneira de garantir a normalização na descrição dos itens no momento da catalogação, a serem adotados em uma perspectiva global.

Inicialmente, o processo de catalogação foi realizado por meio de fichas catalográficas, no entanto, com o aumento do número de usuários e de empréstimos, os sistemas manuais foram gradualmente substituídos. O computador apresentou uma nova perspectiva no campo da Biblioteconomia, especialmente na catalogação. Os computadores ofereciam o processamento mais eficiente e melhoria nos serviços prestados aos usuários. A catalogação, atualmente, é realizada pelo uso de sistemas e programas de organização de acervo, utilizando, principalmente, o formato *Machine Readable Cataloging* (MARC), onde os campos para os descritores têm como base o AACR2.

O MARC foi desenvolvido para a catalogação elegível por computador, ou seja, para que o computador possa processar os dados de catalogação, e para isso, é necessário estar em um formato elegível para a máquina, onde são definidos campos que serão registrados os metadados de um documento, os campos definidos são utilizados para que possa ser identificado de forma clara pelo computador os dados de um registro catalográfico.

O AACR2, por sua vez, é uma ferramenta com um robusto conjunto de regras para descrever diferentes suportes informacionais, mas que, na época em que foi concebida, não foi adaptada para os recursos eletrônicos da forma como se tem hoje.

Com as novas demandas de catalogação, surgiu um novo código de catalogação, que tem como base os alicerces do AACR, chamado Recursos: Descrição e Acesso (RDA), criado pelo RDA *Steering Committee*, que deu início ao

seu desenvolvido, em 2005, e sofreu aprimoramentos e alterações ao longo dos anos. Tem um impacto importante na área, principalmente pensando na internacionalização, já que o código de catalogação AACR2, como o próprio nome indica, é anglo-americano, ou seja, é adequado para países como Austrália, Canadá, Grã-Bretanha e Estados Unidos, que são os países autores.

O RDA foi desenvolvido com a finalidade de substituir o AACR2. Como o RDA tem esse propósito, a *International Federation of Library Associations* (IFLA) não deu continuidade ao AACR2, portanto não se pode escolher qual é o código mais adequado. No entanto, ainda que o novo código deva ser implementado de forma global, as bibliotecas e outras unidades de informação que utilizam o AACR2, levarão certo tempo para a incorporação completa do novo código.

O desenvolvimento do RDA não acarretou na eliminação do AACR2. Vale ressaltar que muitas instruções do RDA são derivadas do AACR2. O RDA tem como base o AACR2, mas se diferencia principalmente por estar pautado em dois modelos conceituais – *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR) e *Functional Requirements for Authority Data* (FRAD) –, e, não mais no suporte do documento.

O RDA fornece diretrizes para catalogar pensando nas tarefas realizadas pelo usuário ao fazer a busca, com base nos modelos conceituais FRBR e FRAD. Esse novo desenvolvimento facilita ainda mais a capacidade dos bibliotecários de fornecer aos usuários acesso contínuo a vários recursos da biblioteca.

Com a introdução do novo código de catalogação, os bibliotecários devem ser capazes de entendê-lo e aplicá-lo para acompanhar os novos tempos, já que a catalogação é uma parte essencial da Biblioteconomia. Como o novo código foi pensado para ser usado de forma internacional, os bibliotecários brasileiros devem também se adequar ao novo código.

Além dos suportes informacionais a que estamos familiarizados, como livros, periódicos, entre outros, a ideia de documentos se expandiu para além do convencional, com o questionamento do que seria o documento. A Biblioteconomia mudou o seu paradigma para além do papel. Podemos observar essa mudança com os diferentes suportes encontrados atualmente no AACR2, como materiais cartográficos, música, gravações de som etc.

Nesta pesquisa realizou-se a análise da representação descritiva de obras de arte, com o foco principal em originais de arte. Uma expressão artística, que data de séculos, e de grande relevância para a nossa história, com diversos períodos e

escolas, técnicas e instrumentos. No AACR2 as obras de arte estão incluídas em dois capítulos: Cap. 8, de materiais gráficos, que incluem originais e reproduções de arte, e Cap. 10, de materiais tridimensionais, que inclui esculturas, uma manifestação possível para obras de arte em três dimensões.

Buscamos perceber as mudanças e possíveis melhorias alcançadas em contrapartida, com o código anterior o AACR2, com o foco em originais de arte. A escolha da temática da pesquisa se deu por interesse pessoal, por ser apreciadora de obras de arte e estar familiarizada com pinturas e pintores conhecidos, e, por isso, tendo o desejo em analisar como as regras de catalogação se aplicam nesse suporte. A pesquisa para a área de Biblioteconomia tem relevância, ao se propor analisar um novo código de catalogação, o RDA que foi desenvolvido nos últimos anos, mas no momento dessa pesquisa, não é familiar ainda para todos os bibliotecários. Com esse propósito a pesquisa buscou incentivar a realização de mais pesquisas sobre a temática, para que se amplie o debate sobre o assunto.

O AACR2 não contempla inteiramente todos os aspectos de uma obra de arte, já que, originalmente, foi desenvolvido para a catalogação de livros e outros materiais impressos. Somente depois foram acrescentados outros tipos de suporte, ao contrário do RDA, que, ao ser desenvolvido, foi concebido para oferecer uma estrutura flexível e atender a diferentes recursos. Portanto, ele incorpora melhor diferentes suportes. Dessa forma, ao observar as mudanças trazidas pelo novo código de catalogação, perguntamos: quais os avanços trazidos pelo RDA na representação descritiva de obras de arte?

Diante dessa problemática, o objetivo geral dessa pesquisa é analisar as mudanças na representação descritiva de obras de arte, com o advento do novo código de catalogação RDA. Para que o objetivo seja atingido, as etapas realizadas durante a pesquisa serão:

- a) analisar o novo código de catalogação RDA e os modelos conceituais FRBR e FRAD;
- b) identificar como é realizada a representação descritiva de obras de arte em ambos os códigos;
- c) destacar as diferenças do AACR2 e do RDA na descrição de obras de arte.

No trabalho, inicialmente serão apresentados os procedimentos metodológicos utilizados, como as bases de dados consultadas e a coleta de dados. Em seguida, é realizada uma descrição e apresentação do código RDA e dos modelos conceituais FRBR e FRAD. Por fim, são apresentadas as análises e as considerações finais.

2 METODOLOGIA

Por se tratar de uma pesquisa cujo intuito é realizar a descrição de obras de arte em uma nova configuração catalográfica, qual seja, por meio do RDA, a pesquisa, quanto à sua natureza, é aplicada, uma vez que deve gerar um produto com uma finalidade específica.

Tendo em vista os objetivos que almeja alcançar, trata-se de uma abordagem exploratória, porque buscou-se maior familiaridade com o tema da pesquisa, através da delimitação do assunto representação descritiva, com enfoque em originais de arte, e descritiva, já que visa a descrição das características do objeto de pesquisa, e o estabelecimento de ligações entre fenômenos.

A pesquisa se trata também de uma pesquisa comparativa, tendo em vista que, o enfoque da pesquisa é a maneira como é realizada a representação descritiva de obras de arte, fazendo um comparativo entre o código de catalogação AACR2 e RDA, através de análise de registros bibliográficos, utilizando ambos os códigos.

A abordagem é qualitativa, e foi realizada através do levantamento bibliográfico e análise de conteúdo. O levantamento bibliográfico inicialmente realizado foi voltado para a compreensão do código RDA, através da leitura do livro “Introdução à RDA: um guia básico”, da autora Chris Oliver. Após leitura e análise do texto, foram selecionados os apontamentos de importância para a pesquisa.

O material utilizado foi selecionado manualmente, através de pesquisa em bases de dados, para melhor compreensão do tema, e para servir como base nas reflexões teóricas da pesquisa. As bases de dados foram: Scielo, Repositório FEBAB e Capes. Os termos utilizados para a pesquisa nas bases de dados foram: RDA e AACR2; Catalogação RDA; Catalogação de obras de arte; e FRBR e FRAD.

Para o desenvolvimento da pesquisa foi realizado, primeiramente, a coleta de dados, através do levantamento bibliográfico, onde foram selecionados os artigos de relevância para pesquisa, através de critérios pré-estabelecidos:

- a) Pesquisa atual, com recorte temporal de até 15 anos;
- b) Artigos da área da Ciência da Informação;
- c) Idioma português;

Após a seleção dos artigos, foram feitas leituras dos resumos e títulos dos documentos, e leitura da introdução, em casos inconclusivos para a seleção.

Para os artigos selecionados, os principais temas abordados tinham, como princípio:

- a) O novo código de catalogação RDA:
 - contexto do surgimento do código;
 - conceitos e estrutura;
 - relevância para a área;
 - mudanças relevantes na catalogação.
- b) Os modelos conceituais FRBR e FRAD:
 - conceito e estrutura;
 - importância para a elaboração do RDA.
- c) Principais diferenças entre os códigos AACR2 e RDA.

Com a pesquisa bibliográfica também se buscou analisar como é realizada a representação descritiva de obras de arte. Observando as dificuldades encontradas com a utilização do AACR2 e as mudanças que o novo código possibilita. Durante a análise, foram abordadas as questões relacionadas às dificuldades encontradas com a utilização do AACR2 e as melhorias oferecidas pelo RDA, proporcionando uma compreensão mais aprofundada da representação descritiva de obras de arte.

Após a seleção dos artigos, a leitura consistiu em destacar os pontos de relevância já mencionados, registrando essas informações em fichamentos, como ferramenta para facilitar a recuperação de informações relevantes e enriquecimento da pesquisa.

Se trata de uma pesquisa documental, já que além das leituras de artigos e livros, foram selecionados documentos de importância para a pesquisa, que serviram como consulta, tais como:

- a) AACR2;
- b) Princípios Internacionais de Catalogação;
- c) Modelos conceituais FRBR e FRAD.

A etapa da análise da pesquisa consistiu em explorar como pode ser realizada a catalogação de obras de arte, através da exemplificação de registros bibliográficos, em ambos os códigos, destacando as diferenças observadas.

3 CATALOGAÇÃO

A representação descritiva, ou catalogação, é uma das atividades de maior importância para a Biblioteconomia. Sua relevância se manifesta na organização sistemática dos acervos em uma unidade de informação, realizada através da descrição e registro de um documento, que serão acessados pelo usuário, seja de modo físico, como era realizado anteriormente, ou de modo virtual, através de programas e softwares gerenciadores de acervo, a forma que é utilizada atualmente.

O termo para descrever o processo de representação de um documento, recebeu diferentes designações, como foi apontado por Machado (2020, p. 19):

A etapa descritiva na catalogação apontada por Gonçalves (1975) é denominada na literatura da área sob diversas designações, como representação descritiva de documentos (Machado 2003), tratamento descritivo da informação (Alvez; Santos, 2003), representação descritiva (Mey; Silveira, 2009) e ainda catalogação descritiva (Santos; Corrêa, 2009).

De acordo com o Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia, de Cunha e Cavalcanti (2008), a catalogação seria um “[...] processo técnico para registro e descrição de itens tendo em vista a organização de catálogos”. Já a representação descritiva, de acordo com Lancaster (2004), refere-se aos “[...] processos de catalogação descritiva [...] identificam autores, títulos, fontes, e outros elementos bibliográficos” (p. 1).

Dessa forma, a principal diferença entre esses termos reside no fato de que a catalogação está voltada para a organização de um acervo e inclui a indexação de documentos, sua representação temática. Por outro lado, a representação descritiva concentra-se na representação de um documento por meio da identificação de seus metadados.

3.1 Breve história da catalogação

Para que a catalogação ocorra de forma padronizada, foram estabelecidos princípios e normas. Com a ideia da criação de um modelo a ser seguido, foram definidos conjuntos de regras, através da criação dos códigos de catalogação. De acordo com Mey e Silveira (2009), antes da virada do século XX, existiam diferentes

códigos de catalogação, de níveis nacionais, nos países da Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, França, Países Baixos, Itália, Suíça, Vaticano e países escandinavos.

Como exemplo as 91 regras de Panizzi, por Antonio Panizzi, criado entre 1839 e 1844, segundo Mey e Silveira (2009) ele trabalhava como bibliotecário assistente no British Museum. As regras de Panizzi, serviu de influência para a elaboração de outras regras, uma delas o AACR2. Grande parte das regras de catalogação que conhecemos hoje, teve origem nas regras de Panizzi. De acordo com Pedrão (2019, p. 36) “As regras traziam inovações no formato de registro de obras e davam diretrizes para entrada principal, padronização de nomes de autores, [...] e até mesmo quanto ao formato físico dos livros.”

E em 1850 Charles C. Jewett, desenvolveu um catálogo para o Instituto Smithsonian, nos Estados Unidos, de acordo com Mey e Silveira (2009, p. 70), onde no prefácio ele menciona Panizzi e reconheci como inspiração as 91 regras, mas discorda de algumas e desenvolvei alternativas diferentes.

Como foi possível destacar a catalogação anteriormente era realizada em âmbito nacional, onde cada país estabeleceu os seus códigos de catalogação. Foi somente depois dessa fase de códigos nacionalistas, quando estudiosos da área passaram a refletir sobre a adoção de uma ferramenta internacionalizada, que pudesse ser utilizada por todos os países consorciados, que se iniciou a discussão de se realizar a catalogação de forma padronizada com abrangência internacional. Tendo em mente esse intuito, em 1961 foi realizada a Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação - a Conferência de Paris -, que, segundo Mey e Silveira (2009), teve importantes discussões acerca da catalogação, como a decisão sobre cabeçalhos para nomes pessoais e títulos uniformes, onde seria respeitado as características de cada língua ou país, discutiu-se também sobre o impacto da eletrônica na catalogação. Após a conferência, vários códigos sofreram modificações, baseados nas recomendações.

Como está presente na apresentação do próprio código AACR2, a Conferência de Paris de 1961, apresentou propostas que levaram à publicação da primeira edição do AACR, em 1967, com a colaboração da *American Library Association* (ALA), da *Canadian Library Association* (CLA) e da *Library Association* (LC). Após a publicação da primeira edição, foi adotado por quase todas as unidades de informação e as instituições de ensino, e que possibilitou suprimir a diversidade de

códigos que existiam. Em 1969, foi publicado no Brasil, a tradução em português do AACR. Já a 2ª edição, o AACR2, foi publicada em 1978, e sofreu atualizações até 2002, e em 2003, o acordo realizado entre os editores do AACR2 com a FEBAB (Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições), possibilitou a publicação do AACR2 em língua portuguesa, é a edição amplamente utilizada até hoje.

Pensando ainda na abrangência internacional da catalogação, outro fato de importância para a padronização da catalogação foi a iniciativa da Unesco com a criação do programa de Controle Bibliográfico Universal (CBU). Segundo Mey e Silveira (2009), através do CBU, foi estabelecido como norma básica para a descrição bibliográfica a ISBD – *International Standard Bibliographic Description* –, onde tinha como objetivo padronizar as informações utilizadas na descrição bibliográfica. A ISBD estabeleceu oito áreas de descrição em uma ordem predeterminada, e, através da ISBD, foi possível estabelecer:

[...] um acordo no caminho da padronização. Todos os países se dispuseram a usá-la e está aceitação internacional acarretou mudanças nos códigos de catalogação, que incorporaram essas normas em novas edições. Acabou-se a era dos códigos nacionalistas, da catalogação individualista, das decisões pessoais. Mas não da catalogação individualizada, adequada aos diferentes universos de usuários [...], caberia a cada biblioteca a decisão sobre os elementos necessários e adequados para seu próprio uso (Mey; Silveira, 2009, p. 79).

Além da Conferência de Paris e da criação do AACR, outro evento de importância para o desenvolvimento da catalogação como conhecemos hoje, foi possível através do progresso tecnológico com a criação do MARC. Na década de 1960, surgiu o Projeto MARC (*Machine Readable Cataloging*), desenvolvido pela cooperação entre a *Library of Congress* (LC) e a *British Library* (BL).

Durante as décadas de 1980 e 1990, ocorreram mudanças e eventos para o desenvolvimento e evolução da catalogação, dentre eles, o Seminário sobre Registros Bibliográficos, que ocorreu em Estocolmo, em 1990. Uma das resoluções estabelecidas no seminário, e de importância para essa pesquisa, foi a formação de um grupo de estudos para definir os requisitos funcionais para os registros bibliográficos. De acordo com Mey e Silveira (2009), em 1997, a presidente do grupo de estudo, Olivia Madison, apresentou o relatório final, publicado em 1998, com o título *Functional Requirements for Bibliographic Records: final report* (FRBR).

Os FRBR se revelaram um marco na catalogação contemporânea. Diversos motivos lhe garantem um lugar de destaque na história da catalogação e no desenvolvimento de códigos: suas características teóricas, sua base fundamentada nas tarefas realizadas pelos usuários e sua incorporação de conceitos e modelos que revelam um trabalho multifocado (Mey; Silveira, 2009, p. 87).

O final do século XX foi marcado com discussões acerca da necessidade de mudanças e reformulação do AACR2. Segundo Mey e Silveira (2009), ocorreu no Canadá, a Conferência Internacional sobre os Princípios e Futuro das AACR, em 1997, onde se debateu sobre as mudanças de caráter teórico e prático nas AACR2. Em 1998, Tom Delsey debateu sobre a estrutura lógica das AACR2, e apresentou recomendações de mudanças ao código. Tais discussões deram início à renovação do AACR2 para uma nova edição, o AACR3.

3.2 MARC 21

Com o propósito de perceber de que forma os códigos de catalogação AACR2 e RDA, estão relacionados com o MARC 21, na análise será realizada a representação descritiva utilizando o padrão de metadado. O formato MARC 21 é o padrão empregado para representação e exportação de dados bibliográficos em formato legível por máquina, permitindo a troca de informações catalográficas entre instituições.

De acordo com o site da IFLA (1999), o MARC tem como finalidade “[...] investigar a viabilidade de produzir dados de catálogo em formato legível por máquina”. O MARC foi desenvolvido visando à:

- a) aceitação de todos os tipos de materiais;
- b) flexibilidade para produção de diferentes aplicativos, além de catálogos;
- c) utilização por diferentes sistemas automatizados.

Ao longo das décadas, diferentes formatos e versões do MARC foram desenvolvidas, como exemplo o UKMARC, INTERMARC e USMARC. Reconhecendo que a diversidade de formatos e versões dificultaria a padronização e a exportação de registros de documentos para outras bases que utilizam diferentes formatos, a IFLA em 1977, publicou o UNIMARC: Formato Universal MARC, afirmando que “O objetivo principal do UNIMARC é facilitar a troca internacional de dados em formato legível por

máquinas entre agências bibliográficas nacionais”. Através do UNIMARC, é possível a conversão de registros em outros formatos MARC.

A estrutura do MARC para o registro dos metadados de uma descrição é dividida em campos, etiquetas, indicadores e subcampos. Os campos são agrupados logicamente, representando elementos da descrição, como autor, título, edição, entre outros. Cada campo é associado a uma etiqueta, representada por números de três dígitos. As etiquetas são divididas em centenas, como exemplo a etiqueta 2XX para Títulos e Edições, onde o elemento da descrição é especificado nos caracteres finais da etiqueta, como na etiqueta 245 para Indicação de título, e assim por diante.

E dentro dos campos são definidos indicadores, que é estabelecido conforme a especificidade, que varia de 0 a 9, tendo em mente que é possível haver dois indicadores, mas não quer dizer que se trata de um número com dois dígitos. Há casos em que não há necessidade de definir um indicador, utiliza-se o símbolo gráfico “#”, para indicar o espaço vazio.

Os subcampos são identificados por letra minúscula do alfabeto, precedidos por um delimitador, frequentemente representado pelo caractere “\$”. Um exemplo completo utilizando esses elementos para melhor compreensão seria: 245 10 \$a Viagem ao centro da Terra.

O MARC 21 é um padrão utilizado em nível internacional, que desempenha um papel fundamental na padronização da representação descritiva através de softwares de gestão de acervo, marcando um avanço significativo na catalogação voltada para as tecnologias atuais.

4 CÓDIGO DE CATALOGAÇÃO RDA

As discussões acerca da atualização do conteúdo do AACR2 deram início à decisão do comitê responsável pelo desenvolvimento do AACR2, em 2004, a revisar e atualizar o AACR2, para a 3ª edição, o AACR3. Tendo em vista que as mudanças decorridas deveriam ser muito extensas, e as atualizações que a nova edição sofreria foram tão consideráveis, que foi avaliado que seria mais vantajoso a criação de um novo código, que se tornaria substituto, o Recurso: Descrição e Acesso (RDA), uma nova norma de catalogação, baseada numa estrutura teórica.

Em abril de 2005, o Committee of Principals e o Joint Steering Committee anunciaram uma nova mudança de enfoque. Ao invés de tentar trabalhar nos limites da estrutura das AACR2, foi tomada a decisão de abandonar totalmente a estrutura delas e partir para uma harmonização mais completa com o modelo FRBR (Oliver, 2011, p. 55).

O RDA, que teve início o seu desenvolvimento em 2005, está disponível através da assinatura online no site RDA *Toolkit*, a assinatura anual, com acesso via web, disponibiliza um Kit de ferramentas, além do fórum de discussões para eventuais dúvidas, e garante atualizações constantes para os usuários, independente do momento de sua assinatura. O RDA foi desenvolvido pelo *Joint Steering Committee for Development of RDA (JSC)*, - anteriormente *Joint Steering Committee for Revision of AACR (JSC)* - responsável pelo conteúdo da norma, o comitê é formado pela: *American Library Association (ALA)*; *Library of Congress (LC)*; *Australian Committee on Cataloguing (ACOC)*; *Canadian Committee on Cataloguing (CCC)*; *British Library (BL)*; *Deutsche Nationalbibliothek (DNB)*; *Chartered Institute of Library and Information Professionals (CLIP)*.

De acordo com o próprio site RDA *Toolkit* (2010), o RDA “[...] é um pacote de elementos de dados, diretrizes e instruções para criar metadados de recursos de biblioteca e patrimônio cultural bem formados de acordo com modelos internacionais.” Como o RDA foi pensado para utilização de forma internacional, o conteúdo das normas conta com traduções nos idiomas: catalão, finlandês, francês, alemão, italiano, norueguês e espanhol. Infelizmente, atualmente, não foi realizada a tradução para o português.

4.1 Objetivo e propósito

O objetivo e o propósito do código RDA, assim como está afirmado na Introdução (0.0), é auxiliar nos registros de dados, para “dar suporte à descoberta de recursos”. Os registros criados têm como ideia principal a descoberta pelo usuário, que será realizada, pensando nas tarefas que o usuário executa para recuperação desse recurso, seja através dos dados bibliográficos ou de autoridade. A estrutura estabelecida pelo RDA, com o foco na tarefa realizada pelo usuário, foi baseada nos modelos conceituais FRBR e FRAD. As tarefas realizadas são:

- a) encontrar (quando o usuário encontra os itens estabelecidos pela sua pesquisa);
- b) identificar (quando o usuário confirma que o item encontrado corresponde ao item procurado);
- c) selecionar (quando o usuário seleciona o item apropriado as suas necessidades); e
- d) obter (quando o usuário consegue acesso ao item desejado).

As tarefas explicitadas anteriormente correspondem aos dados bibliográficos. As tarefas que utilizam os dados de autoridade são:

- a) encontrar (quando o usuário encontra as informações referentes à entidade e os recursos associados);
- b) identificar (quando o usuário confirma que a entidade encontrada corresponde à entidade procurada);
- c) esclarecer (quando o usuário esclarece os possíveis relacionamentos entre a entidade e outras entidades, ou o nome pelo qual essa entidade é conhecida); e
- d) entender (quando o usuário compreende por que um nome ou título específico foi atribuído para determinada entidade).

A regra 0.0 finaliza estabelecendo que “O RDA fornece um conjunto abrangente de diretrizes e instruções que abrangem todos os tipos de conteúdo e mídia”.

Para o entendimento do RDA, é fundamental ter um conhecimento prévio sobre os modelos conceituais.

Assim, observa-se que a estrutura do RDA se ampara principalmente nas possibilidades oferecidas pelos modelos conceituais, que permitem, entre outras coisas, o estabelecimento de relacionamentos entre registros de informação, definindo e possibilitando aos usuários o acesso a mais informações por meio de sua busca (Santos; Arakaki, 2022, p. 4).

Ao analisarmos a estrutura do RDA, podemos ver mais claramente a relação com os modelos conceituais, através dos termos empregados, que são muito diferentes dos termos utilizados no AACR2.

4.2 Relevância para a área

Desde o início da década de 1960 temos percebido mudanças em nossa sociedade, muitas delas causadas pelo surgimento de novas tecnologias, incluindo o fenômeno conhecido como “explosão informacional”. Com as novas tecnologias, diferentes ramos do nosso cotidiano sofreram mudanças, principalmente no que concerne à comunicação e à forma de transferir informações. Ao longo dos anos, foram surgindo diferentes suportes informacionais, novas publicações e formas de conteúdo. Com essas mudanças, a Biblioteconomia teve que se adaptar para atender aos diferentes tipos de usuário em um novo contexto tecnológico.

A importância do RDA para a área da catalogação está relacionada ao contexto tecnológico atual em que vivemos, já que foi desenvolvido tendo em mente os recursos em formato digital, além dos recursos informacionais que conhecemos e, possivelmente, para novas tecnologias que possam surgir. Ainda na seção de Introdução do RDA, esse fator é enfatizado:

O RDA fornece uma estrutura flexível e extensível para a descrição de recursos produzidos e disseminados usando tecnologias digitais, ao mesmo tempo em que atende às necessidades de agências que organizam recursos produzidos em formatos não digitais (RDA Toolkit, 2010, tradução livre).

O RDA, desde o início, tem seu desenvolvimento pensado para ser utilizado de modo online. Para a catalogação, o “[...] RDA assinala uma mudança notável em virtude de ser uma norma projetada para ser utilizada como uma ferramenta da Rede” (Oliver, 2011, p. 3). Um código para ser utilizado através dos meios digitais e que, assim como as tecnologias atuais, está em constante adaptações e atualizações.

4.3 Do AACR2 para o RDA

Com a criação do RDA, e a possível implantação do novo código, surgiu a preocupação de como se adaptar às novas regras e o que ocorreria com as regras do AACR2 e os registros bibliográficos já elaborados. Esse questionamento foi debatido por Oliver (2011, p. 5), onde são apontadas as principais mudanças decorridas com a criação do RDA e as adaptações em relação ao AACR2:

A RDA foi construída com base nos alicerces das AACR. Muitas instruções RDA derivam das AACR2. Há também um esforço consciente para preservar a compatibilidade com os dados herdados dos registros AACR2. Os dados RDA podem ser codificados com a mesma norma MARC 21 usada em registros AACR2. Nos anos iniciais de implantação da RDA, os registros RDA serão armazenados e pesquisados em base de dados e catálogos que ainda serão predominantemente constituídos por registrar AACR2.

Portanto, inicialmente as adaptações e mudanças que ocorreram devem ser incorporadas nas unidades de informação que utilizam o AACR2, de forma simples e paliativamente.

A compatibilidade de registros bibliográficos foi levada em consideração, para que não houvesse uma ruptura e uma necessidade urgente que obrigasse os registros no formato AACR2 a serem reprocessados de acordo com a nova norma. Este é o grande ponto de aflição da área. A dúvida quanto à verificação na prática da possibilidade de coexistência dos dois padrões num mesmo catálogo (Silva; Serra; Cassares; Valencia, 2012, p. 117).

Assim como foi assinalado por Oliver (2011), o AACR2 não foi totalmente descartado. É um modelo de catalogação que tem sido útil e vantajoso, mas infelizmente, com o tempo, ficou defasado e obsoleto.

Embora apresente diferenças substanciais em relação à estrutura do AACR2r, o desenvolvimento do RDA começou a partir da revisão e busca pelo aprimoramento do primeiro. Para Ramírez Méndez (2015, p. 12, tradução nossa), a grande diferença entre o AACR e o RDA é que o segundo provê as pautas necessárias para o tratamento de uma maior quantidade de recursos, incluindo os digitais, o que o AACR não alcançava em sua totalidade (Santos; Arakaki, 2022, p. 4).

O AACR2 tornou-se desatualizado por não ter acompanhado as mudanças ocorridas no ambiente tecnológico e o surgimento de diferentes suportes, a exemplo de ebooks, streamings de filmes e séries, entre outros. Segundo Machado (2020, p.

6), “Especialmente no ambiente digital, as regras do AACR2 são insuficientes para descrever todas as informações necessárias”. Para isso foi desenvolvido o RDA, assim como afirma o site *RDA Toolkit* (2010), o RDA fornece diretrizes sobre a catalogação de recursos digitais, por isso está além do código anterior.

A finalidade da RDA é servir de suporte à produção de dados robustos ou “bem-formados”, dados que possam ser gerenciados com o emprego tanto das tecnologias atuais quanto das estruturas de bases de dados surgidas recentemente e das tecnologias futuras (Oliver, 2011, p. 2).

Por ser flexível e contar com uma estrutura que está em constante atualização, o RDA é um código que serve também para descrever recursos que futuramente serão desenvolvidos, e pode ser utilizado além do espaço da biblioteca, podendo ser adaptado a diferentes necessidades. A evolução que percebemos com esse novo código amplia o modo como fazemos a catalogação atualmente, e como o usuário recupera essa informação.

4.4 Normas relacionadas

Assim como o AACR2, que se baseava nos Princípios Internacionais de Catalogação, o RDA também tem como base diferentes normas, modelos conceituais e princípios. Em sua elaboração, o RDA buscou estar de acordo com as regras que estão em vigor; uma maneira de consolidar e padronizar a maneira que é realizada a descrição bibliográfica. Oliver (2011) destaca a importância em estar de acordo com os padrões já estabelecidos:

Para que uma norma tenha credibilidade e seja efetiva, é importante que esteja em harmonia com as normas internacionais vigentes e compartilhe o mesmo entendimento quanto a natureza e uso dos dados bibliográficos. A RDA emprega os conceitos, a terminologia e os princípios reconhecidos pela comunidade internacional de catalogação (Oliver, 2011, p. 8).

Dentre os modelos conceituais que o RDA tem como referência, temos o IFLA *Library Reference Model* (LRM), desenvolvido pela IFLA em 2017. Além dos modelos conceituais citados anteriormente, como se encontra no enunciado da norma 0.2, “Um elemento-chave no design do RDA é seu alinhamento com os modelos conceituais para dados bibliográficos e de autoridade desenvolvidos pela IFLA” (RDA Toolkit, 2010, tradução livre), o FRBR e o FRAD, temos também o *Functional*

Requirements for Subject Authority Data (FRSAD). Na norma 0.3 são citados os padrões utilizados para o desenvolvimento do RDA, o ISBD e o MARC 21, o RDA também é compatível com o metadado Dublin Core. Uma grande evolução, já que no próprio código é citado o MARC 21, o mesmo não ocorria com o AACR2.

4.5 Estrutura

O RDA foi organizado de maneira estrutural em 10 seções, subdividas em 37 subseções, além de contar com apêndices e um glossário. Importante destacar que alguns capítulos e seções ainda estão em fase de desenvolvimento, como é o caso da seção 10. Essa estrutura do RDA reflete a influência dos modelos conceituais FRBR e FRAD, ao estabelecer o modelo de entidade-relacionamento em sua estrutura, como exemplificado no quadro 1 a seguir.

Quadro 1 – Estrutura do RDA

0. Introdução	Apresenta objetivos, escopo, princípios, alinhamento com os modelos conceituais e padrões de catalogação, e relacionamentos.
Seção 1 – 4 – Registro de Atributos	
Seção 1. Atributos de Manifestação e Item	Instruções gerais para registrar os atributos de manifestação e item (descrição de características físicas).
Seção 2. Atributos de Obra e Expressão	Instruções gerais para registrar os atributos de obra e expressão (descrição de conteúdo).
Seção 3. Atributos de Pessoa, Família e Pessoa Jurídica	Instruções gerais para registrar os atributos e a identificação de conceitos, objetos, eventos e lugares.
Seção 4. Atributos de Conceito, Objeto, Evento e Lugar	Instruções gerais para registrar os atributos e a identificação de conceitos, objetos, eventos e lugares.
Seção 5 – 10 – Registro de relacionamentos	
Seção 5. Relacionamentos primários entre Obra, Expressão, Manifestação e Item	Instruções gerais para registrar as relações primárias entre as entidades.
Seção 6. Relacionamentos entre Pessoas, Famílias e Pessoas Jurídicas	Instruções gerais para registrar as relações associadas com uma pessoa, família e pessoa jurídica com um recurso e suas relações com uma obra, expressão, manifestação e item

Seção 7. Relacionamentos entre Conceitos, Objetos, Eventos e Lugares	Instruções gerais para registrar as relações entre tema e nomes.
Seção 8. Relacionamentos entre Obras, Expressões, Manifestações e Itens	Instruções gerais para registrar as relações entre obras, expressões, manifestações e itens.
Seção 9. Relacionamentos entre Pessoas, Famílias e Pessoas Jurídicas	Instruções gerais para registrar as relações entre pessoas, famílias e pessoas jurídicas.
Seção 10. Relacionamentos entre Conceitos, Objetos, Eventos e Lugares	Instruções gerais para registrar as relações entre conceitos, objetos, eventos e lugares.
Apêndices	Inclui instruções adicionais sobre abreviaturas, símbolos, artigos iniciais, título de nobreza, designadores de relacionamentos e outros.
Glossário	Apresenta lista alfabética de termos e expressões.

Fonte: Elaborado com base em Machado (2020).

Podemos observar a influência nos modelos conceituais de entidade-relacionamento, na utilização de termos como Obra, Expressão, Manifestação e Item, e os relacionamentos de cada relação.







Outro recurso disponível através da assinatura do RDA Kit de ferramentas, é a disponibilidade do código AACR2, que foi adaptado para ser utilizado no próprio site, assim como o RDA. Outra ferramenta disponível é a adequação para o MARC 21, onde ele direciona a seção e a regra do RDA correspondente ao campo de metadado do MARC 21. Através do RDA *to MARC Bibliographic Mapping*, onde está descrito:

Embora existam muitos casos em que há uma correspondência um-para-um entre RDA e MARC 21, há casos em que o nível de granularidade no conjunto de elementos MARC 21 e no conjunto de elementos RDA difere. Onde um único elemento RDA é equivalente a mais de um elemento MARC 21, todos os elementos MARC 21 aplicáveis são fornecidos. Onde o conteúdo do elemento RDA seria registrado de forma não controlada, nenhum mapeamento foi feito para vocabulários controlados em MARC. Mapeamentos foram fornecidos para cada um dos métodos prescritos de representação de relacionamentos:

- identificadores
- pontos de acesso autorizados
- descrições de estrutura
- descrições não estruturadas (RDA Toolkit, 2010, tradução livre).

Como exemplo, temos a Figura 1 a seguir:

Figura 1 – MARC 21 no RDA

Chapter 2	Identifying Manifestations and Items	
2.3 RDA	Title	
2.3.2 RDA	Title Proper	245 
2.3.2 RDA	Title Proper	245 
2.3.3 RDA	Parallel Title Proper	245 
2.3.3 RDA	Parallel Title Proper	245 
2.3.3 RDA	Parallel Title Proper	246 2nd indicator # 
2.3.3 RDA	Parallel Title Proper	246 2nd indicator 1 

Fonte: Extraído do site RDA Toolkit (2023).

O kit de ferramentas do RDA *Toolkit*, disponível através da assinatura anual, disponibiliza, através de um hiperlink, o acesso a cada um dos campos de metadados do MARC 21, onde podemos fazer a leitura de cada item para identificação correta de seu uso. Além de outros recursos e ferramentas.

No final do RDA, é possível acompanhar as adaptações sofridas pelo código durante o tempo. É listado a partir do ano de 2012 e a última atualização é do ano de 2017.

5 MODELOS CONCEITUAIS

Para o desenvolvimento do RDA, foram utilizados como base os modelos conceituais FRBR e FRAD. Através dos modelos conceituais, a estrutura do RDA foi moldada. Podemos perceber a aplicação dos modelos conceituais nas terminologias utilizadas no RDA, nos conceitos e nas tarefas realizadas pelo usuário ao buscar um item bibliográfico.

A definição de modelos conceituais pode ser analisada na perspectiva do significado do termo modelo, que seria uma referência a ser seguida, parte da ideia da criação de um tipo de protótipo. De acordo com o dicionário online Caldas Aulete, modelo é “Qualquer pessoa ou objeto de atributos ger. especiais, que se reproduz por imitação ou que serve de referência para criação.”

Os modelos servem para que determinada ideia possa ser materializada e, com isso, testada. Essa metodologia faz parte da pesquisa científica e está presente em diferentes áreas:

Observa-se nas definições que o modelo incorpora características consideradas importantes para a descrição de um sistema. De modo geral, o propósito de um modelo é esquematizar certa realidade para que ela possa ser analisada. Os modelos podem ser utilizados numa variedade de situações, recebendo denominações próprias, como modelos em escala (usados em arquitetura), modelos matemáticos (usados em muitas das ciências), modelos representacionais (usados na engenharia) e modelos conceituais (usados em projetos de bancos de dados) (Pacheco; Ortega, 2015, p. 64).

A ideia de modelo, na área da representação descritiva, está ligada à representação dos conceitos e significados de determinado registro bibliográfico, como forma de realizar sua representação, tendo em mente a complexidade e individualidade de cada registro, presente em uma diversidade cada vez maior de suportes. Os modelos conceituais têm como propósito indicar as entidades e as relações de um registro, pensando nas tarefas que serão realizadas pelos usuários ao consultar registros bibliográficos.

A ideia do modelo, portanto, é uma reorganização da informação presente nos registros bibliográficos, de acordo com o entendimento que estes devem servir ao usuário final, fornecendo meios para a descoberta do universo bibliográfico onde se insere um determinado autor, suas obras e outros recursos de informação relacionados (Moreno, 2009, p. 49).

O propósito da criação dos modelos conceituais é estabelecer um entendimento e auxiliar no desenvolvimento de normas para descrição bibliográfica. “O modelo desenvolvido para este estudo representa uma tentativa inicial de estabelecer um quadro lógico para auxiliar na compreensão e posterior desenvolvimento de convenções para descrição bibliográfica” (FRBR, 2009, p. 5).

Os modelos criados não têm o propósito de servir como um código de catalogação, mas como uma análise e recomendação para o desenvolvimento de códigos e sistemas de catalogação, com o objetivo de apoiar a criação e uso de dados bibliográficos.

5.1 FRBR

O FRBR foi desenvolvido por um grupo de estudo, criado em 1990, a partir das discussões que ocorreram no Seminário de Estocolmo sobre Registros Bibliográficos de 1990, realizado pela IFLA. De acordo com Pacheco e Ortega (2015), o Seminário tinha como objetivo examinar a finalidade e a natureza dos registros bibliográficos e pensar em alternativas para atender às necessidades dos usuários. Um dos temas discutidos foram os diferentes pontos de vista do registro bibliográfico e se seria possível a simplificação da catalogação. Tais discussões resultaram em resoluções, e, uma das resoluções aprovada no Seminário de Estocolmo foi a criação do grupo de estudo que teria como finalidade:

[...] delinear em termos claramente definidos as funções desempenhadas pelo registro bibliográfico em relação a várias mídias, vários aplicativos e várias necessidades do usuário. O estudo deve abranger toda a gama de funções do registro bibliográfico em seu sentido mais amplo, ou seja, um registro que engloba não apenas elementos descritivos, mas pontos de acesso (nome, título, assunto, etc.), outros elementos “organizadores” (classificação, etc.) e anotações (FRBR, 2009, p. 2).

O grupo de estudo foi aprovado pelo Comitê Permanente da Seção de Catalogação da IFLA, em 1992, os membros do grupo foram nomeados da Seção de Catalogação e da Seção de Classificação e Indexação. O rascunho do relatório foi concluído em 1995, para uma revisão mundial no período de seis meses.

Depois de realizadas as adequações e a revisão final, em 1997, a Sra. Olivia Madison, então presidente do grupo de estudo, apresentou o relatório final na

Conferência Geral da Federação Internacional de Associações e Instituições de Bibliotecas, em Copenhague. O relatório final foi aprovado no mesmo ano. De acordo com Oliver (2011, p. 19):

A comunidade catalográfica internacional reconheceu rapidamente a validade desse modelo, que passou a ser a linguagem comum e compartilhada nas discussões sobre catalogação e revisão da catalogação, bem como base para novas pesquisas e aplicações.

Por meio do relatório final do FRBR foram realizadas mudanças e revisões nas normas e princípios de catalogação já existentes. Conforme mencionado por Machado (2020, p. 37), “[...] o modelo conceitual FRBR influenciou a revisão de importantes documentos na área, como os Princípios Internacionais de Catalogação e a ISBD”.

O FRBR representa uma mudança importante na área, influenciando o desenvolvimento de estudos e pesquisas. Isso possibilita a atualização e evolução dos métodos de catalogação, tendo como foco principal o usuário, a exemplo do desenvolvimento do RDA, que tem como base os modelos conceituais.

5.1.1 Entidades, Relacionamentos e Atributos

A abordagem do FRBR foi estabelecida pensando nas tarefas realizadas pelo usuário. Ao fazer uma busca por um registro bibliográfico, as tarefas presentes na estrutura do RDA são: encontrar, identificar, selecionar e adquirir. Já a metodologia foi baseada em uma técnica de análise de entidade-relacionamento. A estrutura entidade-relacionamento “[...] foi utilizada neste estudo como a estrutura para avaliar a relevância de cada atributo e relacionamento com as tarefas realizadas pelos usuários de dados bibliográficos” (FRBR, 2009, p. 9).

De acordo com o FRBR (2009, p. 3):

[...] o estudo previa o desenvolvimento de uma estrutura que identificasse e definisse claramente as entidades de interesse dos usuários de registros bibliográficos, os atributos de cada entidade e os tipos de relacionamento.

O FRBR foi desenvolvido com base em estabelecer as entidades de um determinado registro bibliográfico, e com base nas tarefas que será realizada pelo usuário na identificação dos registros bibliográficos, através das entidades, além de

estabelecer atributos para cada uma e definir relações. “As entidades relacionam-se com todos os elementos do mundo bibliográfico, como uma obra clássica, música, pessoa, conceito, lugar e outros” (Machado, 2020, p. 30).

As entidades que fazem parte do FRBR (2009, p. 13) foram divididas em três grupos:

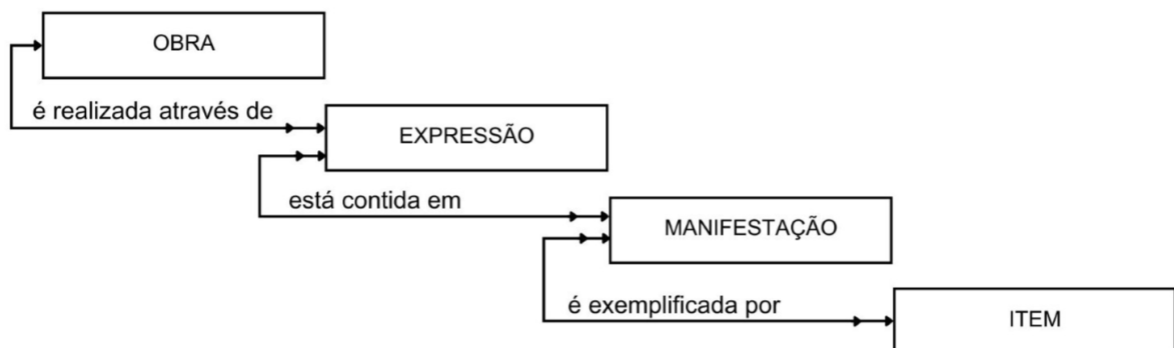
- a) Grupo 1: representa o recurso que está sendo descrito, que são os produtos de trabalho intelectual ou artístico, e possui quatro entidades: *obra*, *expressão*, *manifestação* e *item*.
- b) Grupo 2: representa os responsáveis pelo conteúdo intelectual ou artístico, tendo como entidades: *pessoas físicas* e *pessoas jurídicas*.
- c) Grupo 3: são os assuntos de um produto intelectual ou artístico e as entidades são: *conceito*, *objeto*, *evento*, *lugar* e todas as entidades dos grupos 1 e 2.

As entidades que fazem parte do grupo 1 são definidas como:

- a) *Obra*: uma criação intelectual ou artística distinta;
- b) *Expressão*: a realização intelectual ou artística de uma obra;
- c) *Manifestação*: a incorporação física de uma expressão de uma obra;
- d) *Item*: um único exemplar de uma manifestação.

As entidades do Grupo 1 e as relações entre elas podem ser visualizadas no esquema a seguir.

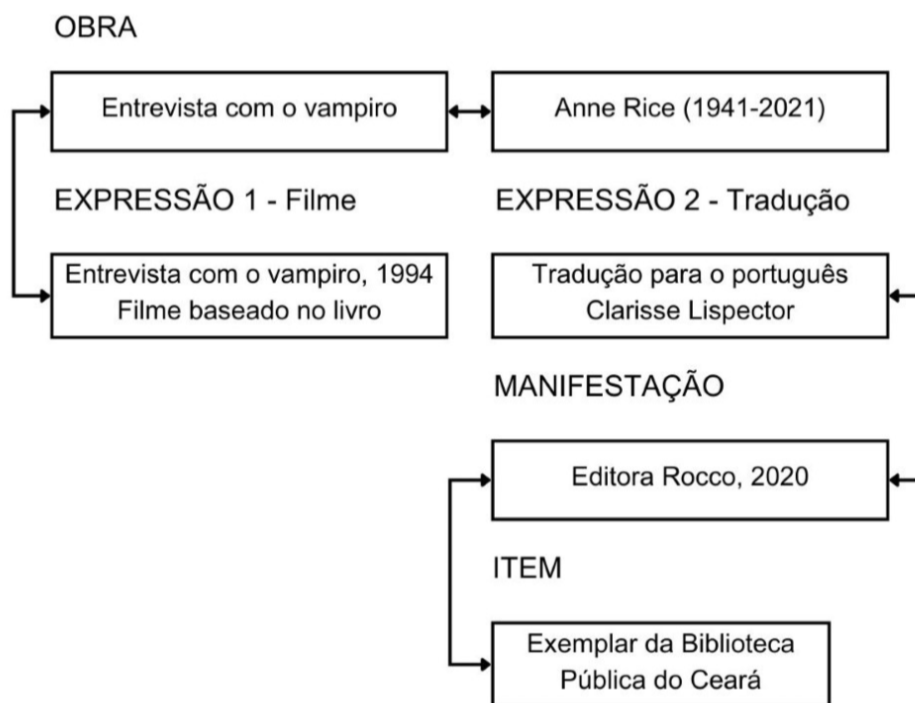
Figura 2 – Modelo FRBR



Fonte: FRBR (2009).

Para se compreender melhor as entidades do grupo 1, temos como exemplo: a obra “Entrevista com o vampiro”, de Anne Rice, realizada originalmente por meio da *expressão* de um texto, mas podendo existir em outras *expressões*, como o filme de 1994 ou sua tradução para o português por Clarisse Lispector. Sua *manifestação* do texto, pode ser o livro com o título “Entrevista com o vampiro”, da Editora Rocco, de 2020. O *item* da obra é um exemplar que está disponível em determinada biblioteca. O exemplo pode ser visualizado na Figura 3, a seguir.

Figura 3 – Exemplo do Grupo 1



Fonte: Elaborado pela autora.

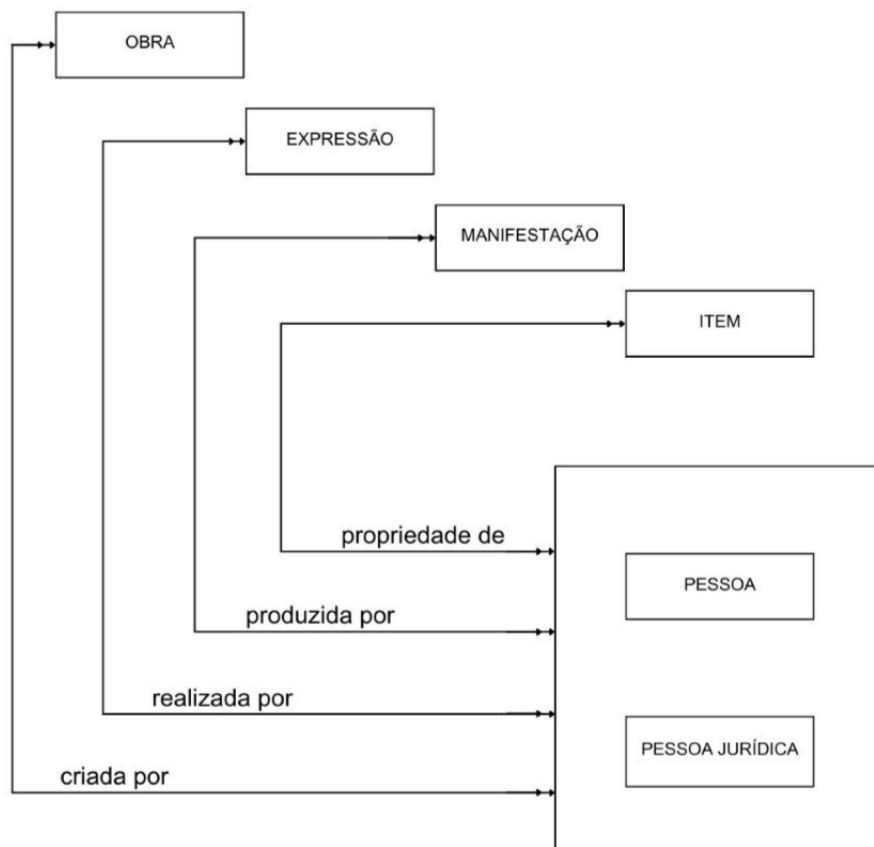
As entidades do Grupo 2 são: *pessoa física* (um indivíduo) e *pessoa jurídica* (uma organização ou grupo de indivíduos e/ou organizações). O FRBR descreve os tipos de relacionamento que existem entre as entidades do Grupo 1 e o Grupo 2:

[...] uma obra pode ser criada por uma ou mais pessoas e/ou uma ou mais pessoas coletivas. Inversamente, uma pessoa ou entidade coletiva pode criar uma ou mais de uma obra. Uma expressão pode ser realizada por uma ou mais pessoas e/ou entidades coletivas; e uma pessoa ou entidade coletiva pode realizar uma ou mais de uma expressão. Uma manifestação pode ser produzida por uma ou mais de uma pessoa ou entidade coletiva; uma pessoa ou entidade coletiva pode produzir uma ou mais de uma manifestação. Um item pode ser propriedade de uma ou mais pessoas e/ou entidades coletivas; uma

pessoa ou entidade coletiva pode possuir um ou mais de um item (FRBR, 2009, p. 14).

As relações entre as entidades podem ser compreendidas através do diagrama a seguir.

Figura 4 – Diagrama do Grupo 2

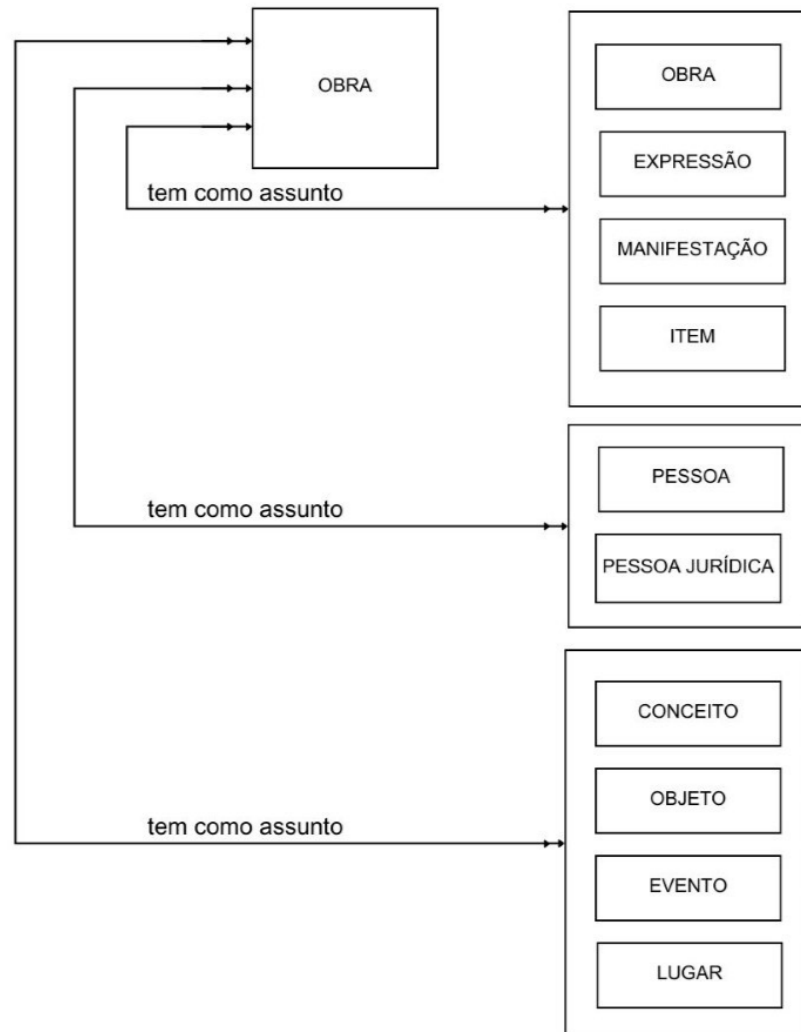


Fonte: FRBR (2009).

As entidades do Grupo 3 são: *conceito* (uma noção ou ideia abstrata), *objeto* (uma coisa material), *evento* (uma ação ou ocorrência) e *lugar* (uma localização).

As entidades do Grupo 3 podem ser assuntos de uma *obra*, assim como as entidades do Grupo 1 e 2. Uma *obra* pode ter como assunto um *conceito*, *objeto*, *evento* e/ou *lugar*, assim também como uma ou mais de uma *obra*, *expressão*, *manifestação*, *item*, *pessoa* e/ou *pessoa jurídica*. Tais relações podem ser visualizadas na Figura 5, a seguir.

Figura 5 – Relações do Grupo 3



Fonte: FRBR (2009).

Já os atributos das entidades são, em resumo, os metadados de cada entidade, que servirá para identificar os elementos e características de um documento.

Os atributos constituem o conteúdo sobre o qual os usuários formulam suas perguntas e interpretam as respostas quando buscam por uma informação. Por exemplo, uma manifestação publicada é identificada, entre outros elementos de informação, por sua data de publicação; uma pessoa é descrita por um nome associado àquela pessoa etc. (Pacheco, Ortega, 2015, p. 66).

Os atributos das entidades são, em comparação, os metadados já utilizados no ISBD, e no próprio AACR2, além de acrescentar elementos que, no AACR2, se encontrava em notas. Os atributos de *obra* se encontram no Apêndice A, de *expressão* no Apêndice B, de *manifestação* no Apêndice C e de *item* no Apêndice D.

Além dos atributos das entidades do grupo 1, existem os atributos das entidades do grupo 2, para a entidade *pessoa*, que são: nome, data, título e outra designação. Que pode ser visualizado no quadro 2 a seguir.

Quadro 2 – Atributos de uma *pessoa*

Nome da <i>pessoa</i>	O nome de uma <i>pessoa</i> é a palavra, caractere ou grupo de palavras e/ou caracteres pelos quais a <i>pessoa</i> é conhecida. Um nome pode incluir um ou mais nomes próprios, nomes de família (ou sobrenomes), alcunhas, nomes dinásticos etc.
Datas da <i>pessoa</i>	As datas associadas a uma <i>pessoa</i> podem incluir a data exata ou aproximada de nascimento e/ou morte da <i>pessoa</i> .
Título da <i>pessoa</i>	O título de uma <i>pessoa</i> é uma palavra ou frase indicativa de posição, cargo, nobreza, honra etc. (por exemplo, major, primeiro-ministro, duque etc.).
Outra designação associada à <i>pessoa</i>	Uma designação associada a uma <i>pessoa</i> é um numeral, palavra ou abreviatura que indica sucessão dentro de uma família ou dinastia (por exemplo, III, Jr., etc.), ou um epíteto ou outra palavra ou frase associada à <i>pessoa</i> (por exemplo, o Bravo etc.)

Fonte: Elaborado pela autora com base no FRBR (2009).

Os atributos da entidade *pessoa jurídica* são: nome, número associado, local, data e outra designação. Os atributos podem ser visualizados no quadro 3 a seguir.

Quadro 3 – Atributos de *pessoa jurídica*

Nome da <i>pessoa jurídica</i>	É a palavra, frase, caractere ou grupo de palavras e/ou caracteres pelos quais a <i>pessoa jurídica</i> é conhecida (por exemplo, Royal Aeronautical Society, IBM etc.). Uma <i>pessoa jurídica</i> pode ser conhecida por mais de um nome, ou mais de uma forma do mesmo nome.
---------------------------------------	---

Número associado à <i>pessoa jurídica</i>	Número associado à <i>pessoa jurídica</i> é a designação numérica sequencial de uma reunião, conferência, exposição, feira, etc. que constitua uma de uma série de reuniões, conferências, exposições, feiras etc.
Local associado à <i>pessoa jurídica</i>	Local associado à <i>pessoa jurídica</i> é a cidade, vila ou outra designação de local em que foi realizada uma reunião, conferência, exposição, feira etc. (Bretton Woods, Universidade de Oxford etc.).
Data associada à <i>pessoa jurídica</i>	É a data ou intervalo de datas em que uma reunião, conferência, exposição, feira etc. foi realizada, ou uma data à qual a <i>pessoa jurídica</i> está associada (por exemplo, a data de sua constituição).
Outra designação associada à <i>pessoa jurídica</i>	É uma palavra, frase ou abreviatura que indica incorporação ou status legal da <i>pessoa jurídica</i> (por exemplo, Inc., Ltda. etc.), ou qualquer termo que sirva para diferenciar a <i>pessoa jurídica</i> de outras <i>peçoas jurídicas</i> , corpos, pessoas etc. (por exemplo, empresa, grupo musical etc.).

Fonte: Elaborado com base no FRBR (2009).

Os atributos das entidades do grupo 3 são os termos e palavras que definem cada entidade. Como exemplo, o atributo da entidade *conceito* é a palavra ou grupo de caracteres usados para nomear um *conceito* (por exemplo, dinheiro, água etc.). Já o atributo da entidade *local* é a palavra utilizada para nomear um lugar (por exemplo, Rio de Janeiro, Nova York etc.), assim será também para os atributos das outras entidades do grupo 3.

5.2 FRAD

Os Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade (FRAD) são um modelo conceitual, e compartilham os mesmos princípios e conceitos fundamentais utilizados pelo FRBR. A principal diferença se encontra no fato de que o FRAD tem como foco os dados de autoridade, ele tem como objetivo ampliar o que já foi

abordado sobre autoridade no FRBR, ele fornece uma estrutura mais abrangente para a criação e gerenciamento de dados de autoridade.

O grupo de trabalho sobre Requisitos Funcionais e Numeração de Registros de Autoridade (FRANAR), criado em 1999, tem como finalidade: “Definir os requisitos funcionais dos registros de autoridade, continuando o trabalho que o [FRBR] para sistemas bibliográficos iniciados” (FRAD, 2009). Com o propósito de ampliar o que já foi elaborado sobre autoridade pelo FRBR, o FRAD, identificou melhorias que podem ser considerados para o modelo FRBR. Como está definido no FRAD, o modelo conceitual tem como propósito:

[...] fornecer um quadro de referência claramente definido e estruturado para relacionar os dados registrados pelos criadores de registros de autoridade às necessidades dos usuários desses dados; e auxiliar na avaliação do potencial de compartilhamento internacional e uso de dados de autoridades dentro e fora do setor de bibliotecas (FRAD, 2009, p. 1).

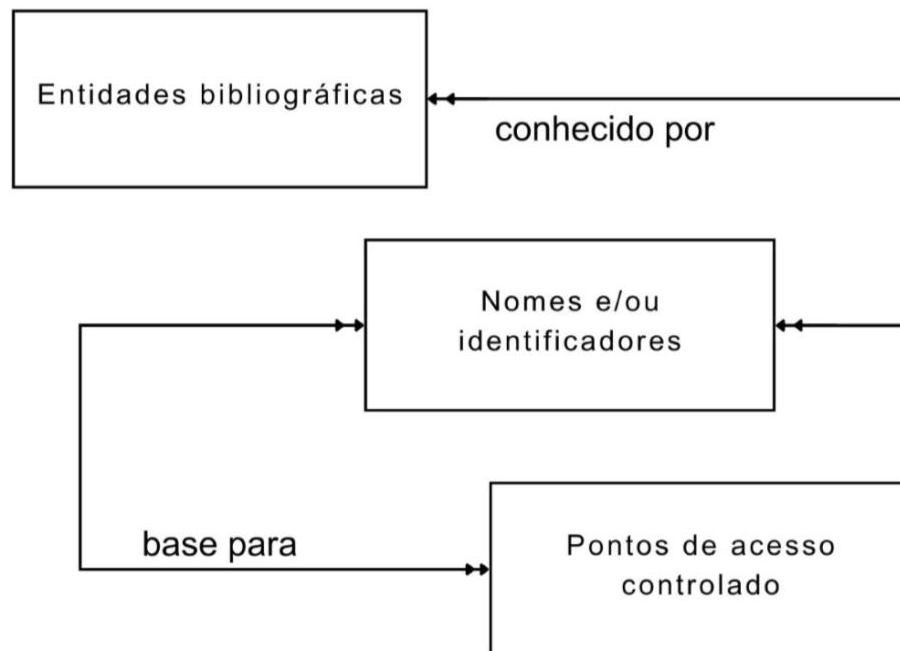
O estudo tem como foco principal as tarefas realizadas pelo usuário ao buscar os dados de autoridade, o FRAD define dados de autoridade como “agregado de informações sobre uma pessoa, família, entidade coletiva ou obra cujo nome é usado como base para um ponto de acesso controlado para citações bibliográficas [...]” (FRAD, 2009, p. 1). Ao desenvolver uma padronização sobre os dados de autoridade, permiti confiabilidade ao estabelecer os pontos de acesso, o que permitir uma recuperação eficaz dos registros bibliográficos.

No contexto do FRAD, o usuário realiza uma série de tarefas ao buscar uma autoridade, que se encontra presente também no RDA. Essas tarefas incluem: encontrar, identificar, justificar e contextualizar. Uma diferença em relação ao modelo conceitual FRBR, é que, no FRAD, não há uma indicação de cada atributo ou relacionamento das entidades com uma determinada tarefa do usuário. Em vez disso, os atributos e relacionamentos são determinados de acordo com aplicações específicas.

5.2.1 Entidades, Relacionamentos e Atributos

Assim como o FRBR, o FRAD utiliza o modelo entidade-relacionamento, para compreender melhor o modelo conceitual, o FRAD demonstra um diagrama base fundamental. Pode ser visualizado na Figura 6 a seguir.

Figura 6 – Modelo Base FRAD

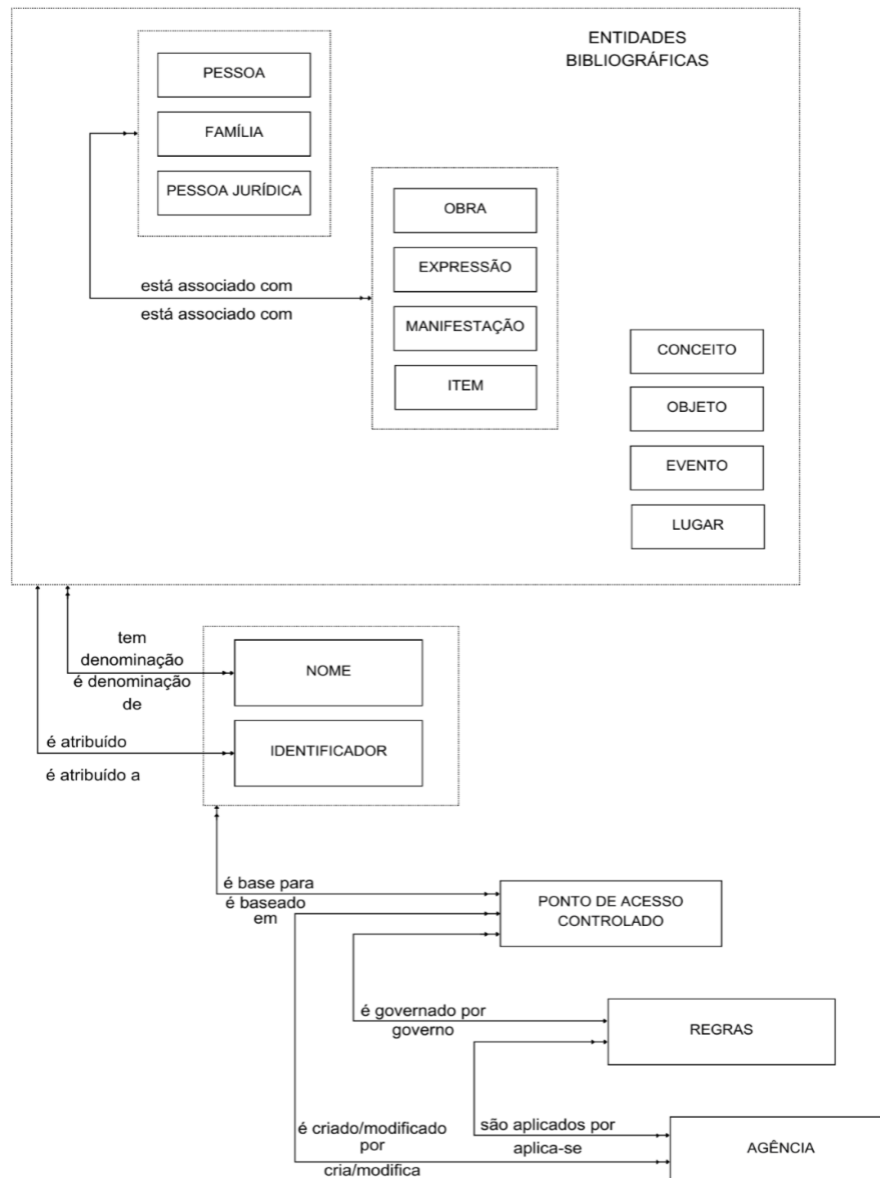


Fonte: FRAD (2009).

O diagrama apresenta em primeiro lugar as 10 entidades apresentadas no FRBR, com o acréscimo da entidade “família”, em seguida o nome pelo qual as entidades são conhecidas, e os identificadores (atributos) das entidades, e por fim os pontos de acesso com base nos nomes e identificadores.

A forma mais completa do FRAD, onde se pode visualizar as entidades e seus relacionamento, está no diagrama a seguir da Figura 7.

Figura 7 – Modelo conceitual FRAD



Fonte: FRAD (2009).

Os relacionamentos apresentados estabelecem as associações entre os vários tipos de entidades. Em primeiro lugar, o nome ligado a uma ou mais entidades bibliográficas, e uma entidade que pode ser conhecida por um ou mais nome e/ou identificador, no entanto, um identificador pode ser atribuído a apenas uma instância específica de uma entidade. Em segundo lugar, as associações entre ponto de acesso, o nome e o identificador da entidade, onde um nome ou uma combinação de dois nomes e/ou identificadores, podem ser a base para um ponto de acesso e vice-versa. Em terceiro lugar, o acréscimo das entidades regras e agências, onde um ponto de acesso pode ser governado por regras, e essas regras podem ser aplicadas por

uma ou mais agências. E onde os pontos de acesso podem ser criados ou modificados por uma ou mais agências.

As definições das entidades foram derivadas do FRBR e Diretrizes para Registros e Referências de Autoridade (GARR), além de o acréscimo de algumas definições. Será apresentada a entidade família, no quadro 4 a seguir, por não estar presente no FRBR.

Quadro 4 – Entidade família

Família	<p>Duas ou mais pessoas relacionadas por nascimento, casamento, adoção, união civil etc.</p> <p>Inclui famílias reais, dinastias, casas de nobreza etc.</p> <p>Inclui patriarcados e matriarcados.</p> <p>Inclui grupo de indivíduos que compartilham uma linhagem ancestral comum.</p> <p>Inclui unidades familiares (pais, filhos, netos etc).</p> <p>Inclui os detentores de título em uma casa de nobreza, vistos coletivamente.</p>
----------------	--

Fonte: Elaborado pela autora com base no FRAD (2009).

Além da definição das entidades *regras* e *agência*, que também não estão presente no FRBR, e podem ser visualizados no quadro 5 a seguir.

Quadro 5 – Definição de Regras e Agências

Regras	Agências
<p>Um conjunto de instruções relativas à formulação e/ou registro de pontos de acesso controlados (formulários autorizados, referências etc.)</p> <p>Inclui regras de catalogação e interpretação dessas regras.</p> <p>Inclui convenções de codificação.</p>	<p>Uma organização responsável por criar ou modificar um ponto de acesso controlado. A agência é responsável pela aplicação e interpretação das regras que cria e/ou utiliza. A agência também pode ser responsável pela criação e manutenção de identificadores dentro de seu domínio.</p> <p>Inclui bibliotecas, agências bibliográficas nacionais, serviços bibliográficos, museus, arquivos etc.</p>

Fonte: Elaborado com base no FRAD (2009).

Assim como no FRBR, o FRAD estabelece atributos para cada uma das entidades, os atributos foram derivados do FRBR, do UNIMARC – Formato de

autoridades, Elementos de Dados Obrigatórios para Registros Arquivística Padrão Internacional para Órgãos Corporativos, Pessoas e Famílias (ISAAR (CPF)). De acordo com o FRAD (2009), isso possibilita uma amplitude maior de atributos ao registrar os dados de autoridade.

Como os atributos foram anteriormente citados na seção FRBR, só serão mencionados os que não se encontra no FRBR e foram adicionados no desenvolvimento do FRAD. Os atributos da entidade *pessoa*, podem ser visualizados no quadro 6 a seguir.

Quadro 6 – Atributos de uma <i>pessoa</i>	
Gênero	Um gênero pelo qual a <i>pessoa</i> é identificada (por exemplo, masculino, feminino, desconhecido, outro.)
Local de nascimento	A vila, cidade, província, estado e/ou país em que a <i>pessoa</i> nasceu.
Local da morte	A vila, cidade, província, estado e/ou país em que a <i>pessoa</i> morreu.
País	Um país com o qual a <i>pessoa</i> é identificada.
Local de residência	Um país, estado/província, cidade, etc., no qual a <i>pessoa</i> reside ou residiu.
Afiliação	Um grupo ao qual a <i>pessoa</i> é afiliada ou foi afiliada por meio de emprego, filiação, identidade, cultural, etc.
Endereço	Endereço atual ou anterior do local de residência, empresa ou empregador da <i>pessoa</i> .
Idioma da pessoa	Uma linguagem que a <i>pessoa</i> usa ao criar uma <i>expressão</i> para publicação, transmissão etc.
Campo de atividade	Um campo de atuação, área de especialização etc., no qual a <i>pessoa</i> está envolvida ou esteve envolvida.
Ocupação profissional	Uma profissão ou ocupação em que a <i>pessoa</i> trabalha ou trabalhou.
Biografia/história	Informações relativas à vida ou história da <i>pessoa</i> .

Fonte: Elaborado com base no FRAD (2009).

Os atributos de *família* são similares aos atributos da entidade *pessoa*, onde se tem os atributos: datas, lugares associados, língua, campo de atividade e história. Os atributos podem ser visualizados no quadro 7, a seguir.

Quadro 7 – Atributos de <i>família</i>	
Tipo de <i>família</i>	Uma categorização ou descritor genérico para o tipo de <i>família</i> . Inclui categorizações, como clã, dinastia, unidade familiar, patriarcado, matriarcado etc.
Datas da <i>família</i>	Datas associadas à <i>família</i> .

Lugares associados à família	Informações referentes a locais onde a <i>família</i> reside ou residiu ou teve alguma ligação.
Língua de família	Uma língua associada à <i>família</i>
Campo de atividade	Um campo de atuação, área de especialização etc., no qual a <i>família</i> está envolvida ou esteve envolvida.
História da família	Informações referentes à história da <i>família</i> .

Fonte: elaborado pela autora com base no FRAD (2009).

Foi realizada as mesmas adições na entidade *pessoa jurídica*, com os atributos: idioma, endereço, campo de atividade e história.

Quadro 8 – Atributos de *pessoa jurídica* FRAD

Idioma da pessoa jurídica	Uma linguagem que a entidade coletiva (<i>pessoa jurídica</i>) usa em suas comunicações.
Endereço	O endereço atual ou anterior do(s) escritórios da <i>pessoa jurídica</i> .
Campo de atividade	Um campo de negócios no qual a <i>pessoa jurídica</i> está engajada, sua área de competência, responsabilidade, jurisdição etc.
História	Inclui informações pertinentes à história da <i>pessoa jurídica</i> .

Fonte: Elaborado pela autora com base no FRAD (2009).

Os acréscimos dos atributos da entidade *obra* foram: tema do trabalho e história. As entidades *expressão* e *manifestação*, não receberam novos atributos, foram atribuídos os já mencionados no FRBR. Os atributos de *obra* se encontram no quadro 9 a seguir.

Quadro 9 – Atributos de *obra*

Tema da obra	Os aspectos temáticos da <i>obra</i> e seu conteúdo. Inclui informações sobre o assunto do trabalho.
História	Informações referentes à história da <i>obra</i> .

Fonte: Elaborado pela autora com base no FRAD (2009).

A entidade *item* teve o acréscimo do atributo: localização, história de custódia e fonte imediata de aquisição. Pode ser visualizado no quadro 10 a seguir.

Quadro 10 – Atributos de item

Localização do item	A coleção e/ou instituição na qual o item é mantido, armazenado ou disponibilizado para acesso.
Histórico de custódia do item	O registro da propriedade anterior de um item.

Fonte imediata de aquisição do item	A fonte da qual um item foi adquirido diretamente e as circunstâncias em que foi adquirido.
--	---

Fonte: Elaborado pela autora com base no FRAD (2009).

Além dos atributos das entidades que já foram elaborados no FRBR, o FRAD estabelece os atributos das entidades criadas para o modelo conceitual, tais como: atributos de um *identificador* (tipo de *identificador*), atributos de um *ponto de acesso* (tipo de *ponto de acesso*, status, uso designado, *ponto de acesso* indiferenciado, idioma, script, esquema de transliteração, origem, adição), atributos das *regras* (citação de *regras*, identificador) atributos de uma *agência* (nome, identificador e localização).

Foi observado que o modelo conceitual FRAD é mais específico, estabelecendo uma ampla visão sobre todas e quaisquer relações entre entidades, focando principalmente no que se refere aos dados de autoridade. No final do modelo, ainda é exemplificado as relações entre cada entidade do grupo 1 com o grupo 2 – do FRBR –, assim como também as possíveis relações entre as entidades *pessoa*, *família* e *pessoa jurídica*. Como exemplo a relação entre *pessoa* e *pessoa*, com o relacionamento pseudônimo, extraído do FRAD (2009):

- a) A relação entre a pessoa conhecida como Eric Arthur Blair e a persona que ele usou para suas obras literárias, George Orwell.
- b) A relação entre a pessoa conhecida como Barbara Mertz e as duas outras personas adotadas por ela, Barbara Michaels e Elizabeth Peters.

Além disso, o modelo conceitual oferece uma série de outros exemplos que enriquecem a compreensão das possíveis relações entre as entidades. O FRAD finaliza com uma tabela que mapeia as tarefas realizadas pelo usuário em relação aos dados de autoridade, estabelecendo conexões diretas entre determinados atributos, entidades ou relacionamentos específicos. Esse conjunto de recursos reforça a importância de um modelo claro e com uma visão abrangente e detalhada das complexas interações no domínio dos dados de autoridade, proporcionando uma estrutura normalizada ao realizar a representação descritiva.

6 CATALOGAÇÃO DE OBRAS DE ARTE NO AACR2

Nesta seção, foram explorados os princípios fundamentais, as diretrizes, regras e as práticas normalizadoras de catalogação que caracterizam o AACR2. Ao longo da seção, será abordado os aspectos essenciais do AACR2, desde sua estrutura até a aplicação prática da descrição. Onde foi analisado como o código aborda elementos cruciais, como título, responsabilidade, descrição física entre outras características de um documento, na perspectiva de obras de arte.

A pesquisa concentra-se em originais de arte, que são contemplados no capítulo 8 de materiais gráficos. A estrutura dos capítulos do AACR2, segue uma lógica baseada no suporte do documento, e cada capítulo contém regras específicas que abrangem campos de descrição, fontes de informação a serem usadas, classificação e outros detalhes necessários para descrição.

Além disso, dentro de cada capítulo, o AACR2 segue uma subdivisão baseada nas oito áreas de descrição definidas pela ISBD (*International Standard Bibliographic Description*). Essas subdivisões são úteis para os bibliotecários ao consultar o código durante o processo de descrição bibliográfica.

O código AACR2 é composto por duas partes:

- a) Parte I - Descrição: que contém 13 capítulos, com o primeiro capítulo abordando regras gerais aplicáveis a todas as formas de suporte. Os 11 capítulos seguintes tratam dos diferentes tipos de suportes, como livros, manuscritos, música, recursos eletrônicos, entre outros. O último capítulo da Parte I, o capítulo 13, aborda a análise bibliográfica;
- b) Parte II: nesta segunda parte, é abordado os pontos de acesso, títulos uniformes e remissivas.

O código AACR2 é complementado por apêndices e um glossário, que auxiliam na interpretação e aplicação das regras. Como um todo esse código desempenhou um papel fundamental na padronização da descrição bibliográfica, garantindo a consistência e a precisão na hora da descrição, de forma internacional.

6.1 Campo abrangido

As regras do capítulo 8, aplica-se a uma ampla variedade de materiais gráficos, que incluem, por exemplo, originais e reproduções de arte bidimensionais,

pinturas, fotografias, desenhos técnicos e assim por diante (AACR2, 8.0A1). As principais fontes de informações para materiais gráficos são geralmente o próprio item em questão, eventualmente etiquetas ou rótulos associados e seu contêiner correspondente.

Para orientações fornecidas sobre pontuação, o grau de detalhamento na descrição, o lugar e o alfabeto da descrição, bem como considerações sobre erros, acentuação e outros sinais diacríticos, é recomendado consultar o Capítulo 1, que trata das regras gerais. Este capítulo oferece uma base para a aplicação das diretrizes de catalogação em uma ampla gama de diferentes suportes.

6.2 Áreas de descrição específica

As áreas de descrição específica estão de acordo com as 8 áreas de descrição da ISBD:

- 1) Título e indicação de responsabilidade;
- 2) Edição;
- 3) Detalhes específicos do material;
- 4) Publicação, distribuição etc.;
- 5) Descrição física;
- 6) Série;
- 7) Notas;
- 8) Número normalizado e modalidades de aquisição.

Cada seção é subdividida em outras seções mais específicas como exemplo a norma 8.4., que se trata sobre área da publicação, e especificando a norma 8.4F1., sobre a data de publicação.

Para a realização da descrição iniciamos a descrição seguindo as regras gerais do capítulo 1, que fornece as orientações para todos os suportes contemplados no AACR2. O primeiro passo é a identificação das informações do recurso, informações como o título da obra, autor, data de criação, entre outros metadados. Com base no AACR2, a regra 1.1A2., trata sobre a fonte de informação, no caso de originais de arte, a regra 8.0B1., estabelece que a fonte é o próprio item, ou etiquetas.

A primeira área da descrição é título e indicação de responsabilidade, presente na regra 8.1, se a obra tiver um título, deve ser registrado de acordo com a

regra 8.1B1., se uma obra não tiver um título, deve ser fornecido um de acordo com a regra 1.1B7., em seguida deve ser definido a designação geral do material, de acordo com a regra 1.1C, a indicação de responsabilidade (8.1F), refere-se ao responsável pela obra, se for conhecido deve ser mencionado.

A segunda área de descrição é a edição, normalmente mais utilizadas em livro, mas podem ser aplicadas em outros suportes, caso tenha diferenças em relação a outras edições, mesmo que a obra seja única, de acordo com a regra 8.2B1.

A terceira área de descrição, detalhes específicos do material (8.3A.), não é utilizada em materiais gráficos.

A quarta área da descrição, é a área da publicação, distribuição etc., que inclui as informações sobre o lugar de publicação (8.4C), e data de publicação (8.4F). Essas informações podem ser mais complexas para obras de arte, mas o AACR2 fornece orientação em caso de o lugar (1.4C6.) ou a data de publicação (1.4F7.) ser desconhecida.

A quinta área da descrição, a descrição física (8.5), deve incluir informações sobre o suporte, como dimensões (8.5D.), cores (8.5C2), e outros detalhes relevantes como técnica utilizada (8.5C1.), extensão do item (8.5B) são importantes para a descrição.

A sexta área da descrição, é a série (8.6B1.), em casos em que uma obra faz parte de uma série ou coleção, essa informação deve ser registrada.

A sétima área da descrição, é a área das notas (8.7B.), as notas são informações adicionais que não se encaixam em outras áreas, como variações do título, material adicional, público a que se destina, entre outras informações relevante.

A oitava e última área da descrição, é área do número normalizado (8.8B.) e das modalidades de aquisição (8.8D.). A área do número normalizado, é mais comum ser utilizadas em livros e publicações periódicas, com a utilização do ISBN (Número Internacional Normalizado do Livro) e do ISSN (Número Internacional Normalizado da Publicação Seriada), para outros números normalizados utilizados pelas instituições para identificar originais de arte, utiliza a área de notas (8.7B19.). Já a modalidade de aquisição é para identificar, caso seja necessário, de que forma a obra foi adquirida.

Em resumo, a descrição bibliográfica de um original de arte usando o AACR2 envolve a aplicação das regras em cada elemento da obra, com base em cada

caso, permitindo que os usuários encontrem e compreendam as obras de arte em um contexto bibliográfico.

6.3 Representação Descritiva no AACR2

Com o objetivo de analisar a representação descritiva de originais de arte conforme o AACR2, foram escolhidas 7 obras, selecionadas com base em características específicas. Para destacar como o AACR2 lida com essas particularidades, buscamos em catálogos online de museus, obras sem título, sem data de publicação conhecida ou de autor desconhecido. A sequência dessas obras está apresentada no quadro 11 abaixo. Essa abordagem proporcionou uma avaliação abrangente das diretrizes do AACR2 na descrição de diferentes tipos de obras de arte, com base nas informações disponíveis.

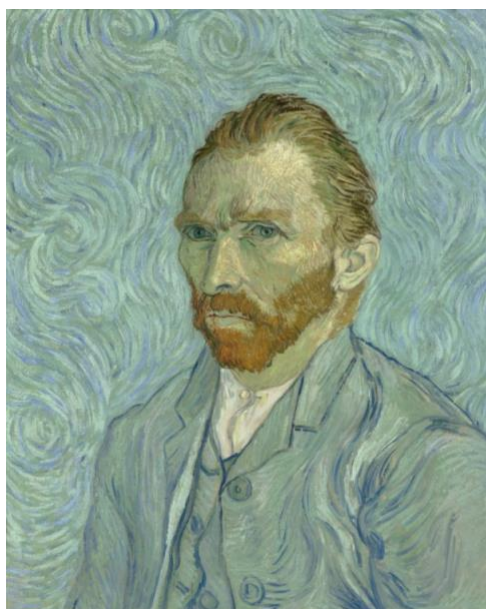
Quadro 11 – Lista das obras de arte

1	Autorretrato	Vincent Van Gogh
2	Autorretrato	Vincent Van Gogh
3	Sem título	Ridvan Correia... [et al.]
4	Última ceia	Andrea del Castagno
5	A última ceia	Leonardo da Vinci
6	A última ceia	Giampietrino
7	Retrato de um cavalheiro	Autor desconhecido

Fonte: Elaborado pela autora

A primeira obra que foi realizada a descrição bibliográfica foi o “Autorretrato” de Van Gogh, que pode ser visualizado na figura 8 a seguir.

Figura 8 – Autorretrato



Fonte: Van Gogh, 1889.

A descrição da obra, utilizando o AACR2, e os campos correspondente do MARC 21, podem ser visualizados a seguir, no quadro 12.

Quadro 12 – Representação Descritiva da obra 1

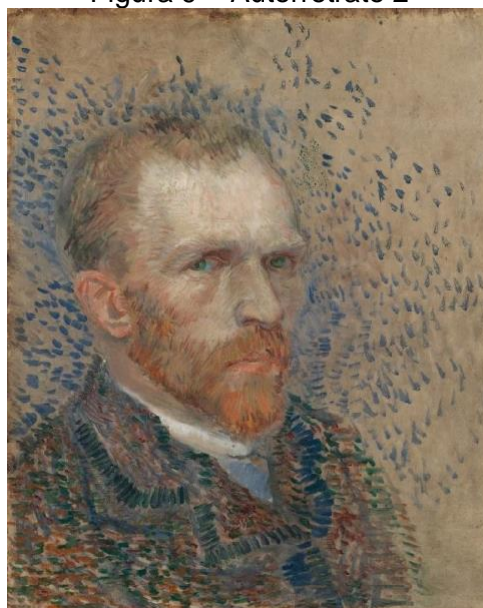
Regras do AACR2	MARC	Descrição
8.1B. - Título Principal	245 \$a	Auto-retrato [i.e. Autorretrato]
1.0F1. - Incorreções		
1.1B7. - Sem título principal		
8.1C. - Designação geral do material	245 \$h	[original de arte]
8.1F. - Indicação de responsabilidade	100 \$a	/ Vincent Van Gogh -
8.4C. - Lugar de publicação	264 \$a	França : Saint Rémy de
1.4C6. - Sem lugar de publicação	264 \$b	Provence,
8.4F. - Data de publicação	264 \$c	1889.
1.4F7. - Sem data de publicação, definir aproximadamente		
8.5B1. - Extensão do item, inclui DGM	300 \$a	1 original de arte
8.5C1. - Detalhes de meios específicos (técnica utilizada)	300 \$b	: óleo sobre tela ;
8.5D1. - Dimensões	300 \$c	65 cm x 54 cm.
8.6B1. - Indicação de série	440 \$a	
8.7B. - Notas	500 \$a	
8.7B5. - Título equivalente		Retrato do artista
8.7B17. Resumo	520 \$a	Resumo: Nessa visão cabeça e ombros, o artista está vestindo um terno turquesa. A

8.7B22 - Nota relativa ao original (localização)	535 \$a	atenção está voltada para o perfil direito. A cor dominante é um turquesa pálido no fundo, com redemoinhos e arabescos alucinatórios. No Museu d' Orsay, Paris
---	---------	---

Fonte: Elaborado pela autora.

A segunda obra que foi escolhida, foi o “Autorretrato” de Van Gogh, possui o mesmo título, e artista responsável, da obra anterior, o que pode confundir o usuário ao fazer a busca. A obra pode ser visualizada a seguir na figura 9.

Figura 9 – Autorretrato 2



Fonte: Van Gogh, 1887.

A descrição da obra pode ser visualizada no quadro 13 a seguir.

Quadro 13 – Representação Descritiva da obra 2

Regras do AACR2	MARC	Descrição
8.1B. - Título Principal	245 \$a	Auto-retrato [i.e. Autorretrato]
1.0F1. - Incorreções		
1.1B7. - Sem título principal		
8.1C. - Designação geral do material	245 \$h	[original de arte]
8.1F. - Indicação de responsabilidade	100 \$a	/ Vincent Van Gogh -
8.4C. - Lugar de publicação	264 \$a	França : Paris,
8.4F. - Data de publicação	264 \$c	1887.

8.5B1. - Extensão do item, inclui DGM	300 \$a	1 original de arte
8.5C1. - Detalhes de meios específicos (técnica utilizada)	300 \$b	: óleo sobre papelão ;
8.5D1. - Dimensões	300 \$c	41 cm x 33 cm.
8.6B1. - Indicação de série	440 \$a	
8.7B. - Notas	500 \$a	
		Resumo: Nessa visão cabeça e ombros, o seu rosto está virado para o perfil esquerdo. O artista está vestindo um terno em vários tons de azul escuro, com pinceladas em laranja e vermelho, assim como o tom da barba. O fundo em tons pastéis em contraste com o azul escuro presente em pinceladas curtas.
8.7B17. - Resumo	520 \$a	
8.7B22 - Nota relativa ao original (localização)	535 \$a	No Museu Van Gogh, Amsterdã.

Fonte: Elaborado pela autora.

As duas obras descritas anteriormente compartilham informações semelhantes, e, para evitar confusões, é fundamental ter um entendimento prévio das particularidades que as diferenciam, visto que, visualmente, elas apresentam distinções. Nesse contexto, uma breve descrição na seção de notas desempenha um papel essencial, fornecendo informações adicionais que auxiliam na distinção das obras, entre essas informações o título equivalente da primeira obra.

Entre outros atributos que são de grande importância para a diferenciação de obras de arte, tais como o ano de produção, o local de publicação, a técnica utilizada, e a localização atual da obra. No entanto, para que essas informações sejam verdadeiramente úteis, é necessário que os usuários tenham a capacidade de realizar suas pesquisas com base nesses dados. Mas isso se torna um desafio quando algumas dessas informações relevantes são registradas em notas, as quais, que de acordo com o tipo de software de gestão de acervo utilizado, podem não estar acessíveis ao usuário.

Outra complicação que pode prejudicar a busca do usuário, é a ausência de título em uma obra, conforme definido AACR2, na regra 1.1B7. Nesse caso, é papel do bibliotecário, atribuir um título descritivo sucinto, a escolha do título vai depender da avaliação do bibliotecário ao realizar a descrição. Como exemplo, a terceira obra

escolhida, apresenta a característica de ausência de título, a obra possui mais de um responsável, sua indicação de responsabilidade principal é de Rildvan Correia. E pode ser visualizado a seguir na figura 10.

Figura 10 – Obra sem título



Fonte: Correia, 2010.

A descrição da terceira obra, pode ser visualizada no quadro 14 a seguir.

Quadro 14 – Representação Descritiva da obra 3

Regras do AACR2	MARC	Descrição
1.1B7. - Sem título principal		[Traços brancos em formato meia-lua, em um fundo com pinceladas marcadas em laranja, vermelho e azul.]
8.1C. - Designação geral do material	245 \$h	[original de arte]
8.1F. - Indicação de responsabilidade	100 \$a	/ Rildvan Correia... [et al.] -
8.4C. - Lugar de publicação	264 \$a	Brasil : São Paulo,
8.4F. - Data de publicação	264 \$c	2010.
8.5B1. - Extensão do item, inclui DGM	300 \$a	1 original de arte
8.5C1. - Detalhes de meios específicos (técnica utilizada)	300 \$b	: óleo sobre tela ;
8.5D1. - Dimensões	300 \$c	0,80 cm x 0,80 cm.
8.6B1. - Indicação de série	440 \$a	
8.7B. - Notas	500 \$a	Doação Instituto Olga Kos de Inclusão Social.
8.7B. -	500 \$a	Título atribuído pelo catalogador
8.7B22 - Nota relativa ao original (localização)	535 \$a	No Museu do Senado Federal, Brasília.

Fonte: Elaborado pela autora.

A escolha do catalogador ao nomear uma obra, pode ser influenciada por sua interpretação pessoal, conhecimento e experiência, como resultado, o título deve variar de um profissional para outro, o que no momento da busca, pode confundir a seleção da obra por parte do usuário. A informação de que se trata de um título atribuído, deve estar incluído em notas com a informação “Título atribuído pelo catalogador”.

Outro ponto relevante a ser destacado, é o fato de a obra ter a autoria de quatro artista. De acordo com a regra 1.1F5., somente o nome do primeiro responsável deve ser registrado, seguido por reticências e a expressão em latim “et al.” em colchetes. Além disso, na descrição da obra, deve ser mencionado a informação de que se trata de uma doação, que foi registrado na área de notas.

Outro elemento do título que pode confundir a busca do usuário, é a existência de obras com o mesmo título, mesmo que sejam artistas diferente. A diferenciação depende, em grande parte, do conhecimento prévio que o usuário tem em relação a cada obra, como o conhecimento de quem é o responsável. A próxima obra em questão é a “Última ceia”, de Andrea del Castagno. A quarta obra pode ser visualizada a seguir.

Figura 11 – Última ceia



Fonte: Castagno, [1445?].

Em seguida a descrição da obra no quadro 15 a seguir.

Quadro 15 – Representação Descritiva da obra 4

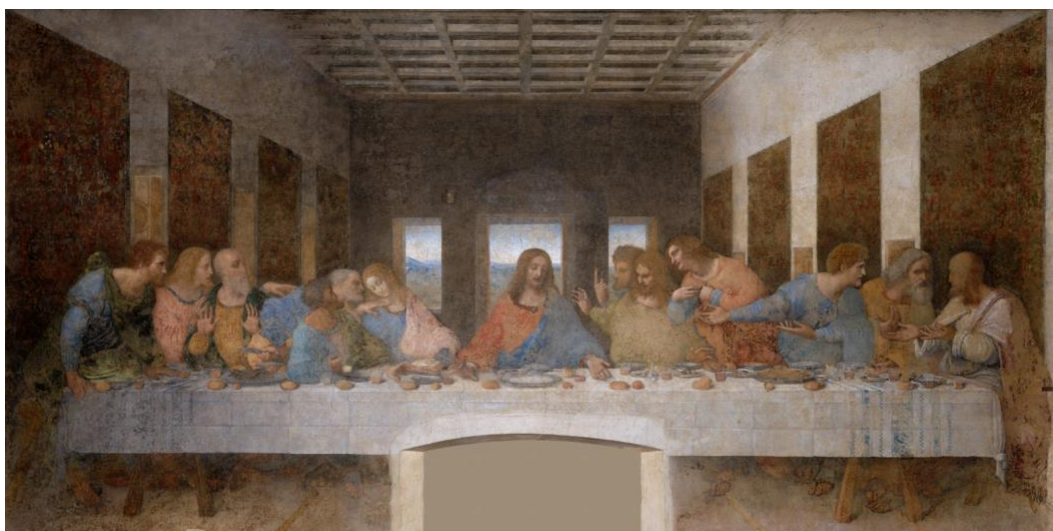
Regras do AACR2	MARC	Descrição
8.1B. - Título Principal	245 \$a	Última ceia
1.1B7. - Sem título principal		
8.1C. - Designação geral do material	245 \$h	[original de arte]
8.1F. - Indicação de responsabilidade	100 \$a	/ Andrea del Castagno -
8.4C. - Lugar de publicação	264 \$a	Itália : Florença,
1.4C6. - Sem lugar de publicação	264 \$b	
8.4F. - Data de publicação	264 \$c	
1.4F7. - Sem data de publicação, definir aproximadamente		1445?.
8.5B1. - Extensão do item, inclui DGM	300 \$a	1 original de arte
8.5C1. - Detalhes de meios específicos (técnica utilizada)	300 \$b	: pintura afresco ;
8.5D1. - Dimensões	300 \$c	453 cm x 975 cm.
8.6B1. - Indicação de série	440 \$a	Coleção Santa Apolônia.
8.7B. - Notas	500 \$a	
8.7B22 - Nota relativa ao original (localização)	535 \$a	No Convento de Santa Apolônia, Florença.

Fonte: Elaborado pela autora.

Algumas informações, como a data, podem apresentar imprecisões, e de acordo com as regras do código AACR2, pode ser definida uma data aproximada, contanto que fique claro que se trata de uma estimativa, indicada por meio do uso do ponto de interrogação. Outro detalhe a considerar é a indicação de série, que não é comum ser utilizada em originais de arte, embora haja situações em que uma obra está vinculada a alguma coleção. Além disso, é relevante notar a técnica utilizada, já que, nas obras anteriores era predominante a utilização de pintura a óleo, enquanto na presente obra, a técnica adotada é pintura afresco.

A quinta obra a ser descrita, possui o título similar a obra anterior, denominada “A última ceia”, de Leonardo da Vinci. Dado o renome e a fama da obra, pode ocorrer confusão para o usuário, especialmente quando ele está em busca da obra del Castagno, tornando essencial a diferenciação entre as duas. A quinta obra pode ser visualizada em seguida, na figura 12.

Figura 12 – A última ceia de Da Vinci



Fonte: da Vinci [entre 1495 e 1498].

A descrição da obra para análise, pode ser visualizada em seguida no quadro 16.

Quadro 16 – Representação Descritiva da obra 5

Regras do AACR2	MARC	Descrição
8.1B. - Título Principal	245 \$a	A Última ceia
1.1B7. - Sem título principal		
8.1C. - Designação geral do material	245 \$h	[original de arte]
8.1F. - Indicação de responsabilidade	100 \$a	/ Leonardo da Vinci -
8.4C. - Lugar de publicação	264 \$a	Itália : Milão,
1.4C6. - Sem lugar de publicação	264 \$b	
8.4F. - Data de publicação	264 \$c	
1.4F7. - Sem data de publicação, definir aproximadamente		entre 1495 e 1498.
8.5B1. - Extensão do item, inclui DGM	300 \$a	1 original de arte
8.5C1. - Detalhes de meios específicos (técnica utilizada)	300 \$b	: pintura têmpera e óleo sobre duas camadas de gesso ;
8.5D1. - Dimensões	300 \$c	460 cm x 880 cm.
8.6B1. - Indicação de série	440 \$a	Coleção Igreja de Santa Maria delle Grazie.
8.7B. - Notas	500 \$a	
8.7B5. - Título equivalente		Santa Ceia
8.7B22 - Nota relativa ao original (localização)	535 \$a	No Refeitório de Santa Maria delle Grazie, Milão.

Fonte: Elaborado pela autora.

Alguns aspectos a serem enfatizados a partir da descrição, inclui o título equivalente, conforme previsto na regra 1.1D4, do AACR2, que orienta o registro do título equivalente que não se encontra na fonte principal, na área de notas. Outro ponto de destaque a ser analisado, é sobre outro tipo de técnica utilizada, assim como na obra anterior, envolve a utilização de pintura têmpera e óleo sobre duas camadas de gesso.

Uma particularidade dessas duas obras descritas, que compartilham semelhança, é o fato de estarem pintadas diretamente nas paredes de igrejas, ao contrário das demais obras anteriormente descritas, que se encontram em quadros. Esta informação é de relevância, uma vez que denota que as obras não podem ser movidas ou fornecidas para outras exposições, permanecendo instaladas em seu local original, o que torna a localização atual um dado extremamente relevante. Além disso, é importante destacar que fazem parte de uma coleção, integrando o acervo da igreja onde estão localizadas.

A sexta obra sob análise é uma cópia da "A Última Ceia" de Leonardo da Vinci, possivelmente atribuída a um de seus discípulos, Giampietrino. Essa cópia desempenhou um papel significativo na conservação da obra original de da Vinci, pois apresenta detalhes que, ao longo do tempo, ficaram indistintos na versão original. É possível visualizar essa obra na Figura 13 abaixo.

Figura 13 – A última ceia de Giampietrino



Fonte: Giampietrino, [1520?].

Em seguida sua representação descritiva, no quadro 17.

Quadro 17 – Representação Descritiva da obra 6

Regras do AACR2	MARC	Descrição
8.1B. - Título Principal	245 \$a	A Última ceia
1.1B7. - Sem título principal		
8.1C. - Designação geral do material	245 \$h	[original de arte]
8.1F. - Indicação de responsabilidade	100 \$a	/ Giampietrino -
8.4C. - Lugar de publicação	264 \$a	
1.4C6. - Sem lugar de publicação	264 \$b	[Itália],
8.4F. - Data de publicação	264 \$c	
1.4F7. - Sem data de publicação, definir aproximadamente		1520?.
8.5B1. - Extensão do item, inclui DGM	300 \$a	1 original de arte
8.5C1. - Detalhes de meios específicos (técnica utilizada)	300 \$b	: Óleo sobre tela ;
8.5D1. - Dimensões	300 \$c	298 cm x 770 cm.
8.6B1. - Indicação de série	440 \$a	
8.7B. - Notas	500 \$a	
		Resumo: Inclui vários detalhes perdidos da obra original, como os pés de Cristo e os decantadores de vidro transparente sobre a mesa.
8.7B17. Resumo	520 \$a	Reprodução de: A última ceia, de Leonardo da Vinci.
8.7B22 - Nota relativa ao original (localização)	535 \$a	Na Academia Real Inglesa, Londres.

Fonte: Elaborado pela autora.

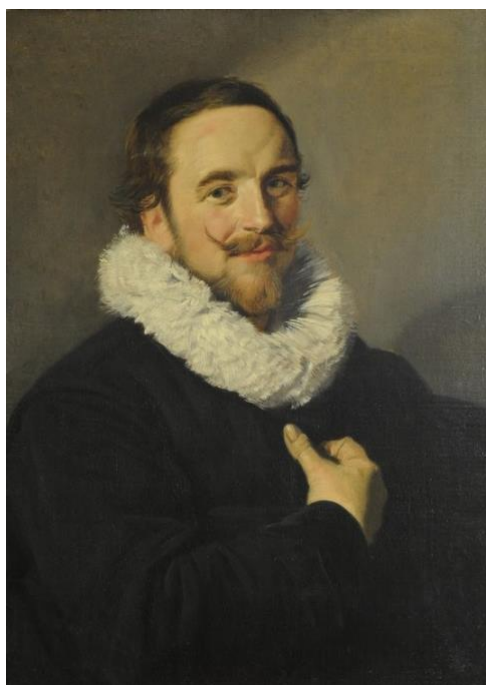
Assim como acontece com outras obras desse período, algumas informações sobre esta obra não são precisas, mas sim conjecturas fundamentadas em diversos fatores. A reprodução da “A última ceia”, é atribuída a um dos discípulos de da Vinci, e a data de sua produção, bem como o local, são estimativas.

Há aspectos na descrição a serem destacados, como a técnica utilizada, que envolve óleo sobre tela, em contraste com a técnica da obra original. Essa mudança de técnica contribuiu para a preservação a longo prazo da pintura de Giampietrino, assim também pelo fato de ela não ter sido exposta as mesmas condições de ambiente adversas. Além disso, devido à nitidez da reprodução, é possível observar detalhes com maior clareza. A informação de que a obra é uma

reprodução de outra peça encontra-se em notas, juntamente com a indicação da localização atual.

A sétima obra onde foi realizada a representação descritiva, é o “Retrato de um cavalheiro”, onde a autoria é desconhecida, e então não foi atribuído um artista na seção indicação de responsabilidade, a obra pode ser visualizada a seguir, na figura 14.

Figura 14 – Retrato de um cavalheiro



Fonte: Museu Nacional de Belas Artes, 1983.

Sua descrição se encontra no quadro 18 a seguir.

Quadro 18 – Representação Descritiva da obra 7

Regras do AACR2	MARC	Descrição
8.1B. - Título Principal	245 \$a	Retrato de um cavalheiro
1.1B7. - Sem título principal		
8.1C. - Designação geral do material	245 \$h	[original de arte]
8.1F. - Indicação de responsabilidade	100 \$a	/ Autor desconhecido -
8.4C. - Lugar de publicação	264 \$a	
1.4C6. - Sem lugar de publicação	264 \$b	
8.4F. - Data de publicação	264 \$c	
1.4F7. - Sem data de publicação, definir aproximadamente		16--?
8.5B1. - Extensão do item, inclui DGM	300 \$a	1 original de arte

8.5C1. - Detalhes de meios específicos (técnica utilizada)	300 \$b	: óleo sobre tela ;
8.5D1. - Dimensões	300 \$c	66,5 cm x 48,5 cm.
8.6B1. - Indicação de série	440 \$a	
8.7B. - Notas	500 \$a	Doação Quentin Hirsch, 1983. Escola Holandesa séc XVII.
8.7B5. - Título equivalente		Retrato de un caballero
8.7B22 - Nota relativa ao original (localização)	535 \$a	No Museu Nacional de Belas Artes, Buenos Aires.

Fonte: Elaborado pela autora.

Alguns pontos de destaque incluem a falta de atribuição a um artista responsável pela obra, bem como a ausência de informação sobre o local de publicação e uma data precisa. Estima-se que a obra seja datada aproximadamente do século XVI. Assim como a terceira obra, está também foi uma doação, e essas informações consta em notas, juntamente com detalhes sobre a escola e o período em que a obra foi produzida. Vale ressaltar que no campo de título equivalente, a obra é identificada com o título em outro idioma, adicionando mais um elemento a descrição.

Concluindo a análise sob a perspectiva do AACR2, fica claro que a seção de notas desempenha um papel fundamental ao fornecer dados adicionais, que não estão presentes em outras seções do registro bibliográfico. O código estabelece diretrizes para destacar informações especialmente relevantes e úteis para os usuários, abrangendo aspectos como características físicas, edições, técnica utilizada, entre outras informações contextuais.

É importante ressaltar, no entanto, que o código não abrange atributos mais específicos que podem contribuir significativamente na hora de realizar a descrição. Elementos como o histórico da obra, e uma descrição detalhada da obra em campos mais específicos, além das notas. Seria interessante acrescentar informações sobre o tema ou mote, que são cruciais para o usuário, que poderiam ser mais bem incluídos na representação temática, ou até mesmo na representação descritiva, em uma seção específica. Essa ampliação das normas poderia fornecer uma representação mais completa das obras, atendendo de forma mais precisa as necessidades dos usuários.

Na seção seguinte, procedemos a análise da representação descritiva das mesmas obras, desta vez utilizando o RDA, com o intuito de realizar uma comparação e obter uma compreensão mais aprofundada das alterações trazidas com o RDA.

7 CATALOGAÇÃO EM RDA

Nesta seção da pesquisa, foi aprofundado a análise da descrição de obras de arte, explorando a aplicação do RDA. Destacamos não apenas os elementos essenciais, mas também a estrutura implementada, as distinções em relação ao AACR2, e o alinhamento do código com o formato MARC 21. Visando compreender de maneira abrangente como a influência do RDA se aplica nos processos de representação descritiva.

7.1 Elementos Centrais

Ao iniciar a catalogação utilizando o RDA, o código defini elementos importantes, que não podem ser deixados de fora, são os elementos centrais. Estes são identificados no documento e descritos em conformidade com as regras aplicáveis. No subtópico 0.6.5, seção 1, "Registrando atributos da manifestação e item", da Introdução, onde são elencados os elementos essenciais:

- a) Título;
- b) Indicação de responsabilidade;
- c) Indicação de edição;
- d) Numeração da série;
- e) Indicação de produção;
- f) Indicação de publicação;
- g) Indicação de série;
- h) Identificação da manifestação;
- i) Tipo de suporte;
- j) Extensão.

Os elementos centrais também são utilizados quando se tem a necessidade de diferenciar uma obra de outra, de acordo com o subtópico 0.6.6, seção 2, "Registrando atributos de obra e expressão", são eles:

- a) Título preferido da obra;
- b) Identificador da obra;
- c) Forma da obra;
- d) Data da obra;

- e) Lugar de origem da obra;
- f) Outras Característica Distintiva da obra

No código ele identifica abaixo de cada capítulo se a regra é ou não um elemento core.

7.2 Estrutura

Ao contrário do AACR2, cuja estrutura dividida em seções é dedicada às áreas de descrição, de acordo com a ISBD, o RDA, adota uma abordagem diferente, não estabelece uma estrutura com a mesma definição, alinhando-se com as entidades do modelo conceitual FRBR e FRAD. Cada seção é dividida conforme as entidades obra, expressão, manifestação e item, estabelecendo atributos distintos para cada uma delas. Embora essa estrutura não corresponda diretamente às áreas definidas pela ISBD, há uma relação implícita.

Por exemplo, no contexto do RDA, a entidade obra equivale a área 1 de título e os pontos de acesso, enquanto a entidade expressão abrange as áreas 1 e 3 da ISBD, incorporando o título e detalhes específicos do material. A área 3 pode estar relacionada tanto à entidade obra quanto a entidade expressão. Por sua vez, a entidade manifestação é identificada com as áreas 1, 2, 4, 5, 6 e 8 da ISBD. A entidade item, por sua vez, está vinculada a biblioteca ou unidade de informação específica, incorporando campos próprios como número de chamada ou notas.

Diferentemente do AACR2, que dedica uma seção específica para a área de notas, o RDA adota uma abordagem mais contextual, em cada seção e capítulo, conforme o contexto da regra, a inclusão de uma nota é determinada se houver necessidade. Essa abordagem torna-se mais clara ao compararmos com os campos do MARC 21, nos quais há um campo designado especificamente para notas.

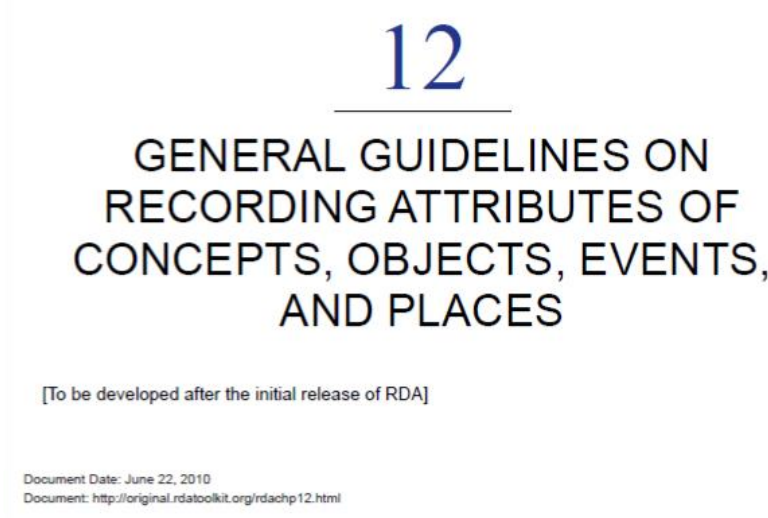
7.3 Representação Descritiva no RDA

Com o propósito de comparar os códigos AACR2 e RDA, por meio da análise da representação descritiva, esta seção se concentra na análise das obras apresentadas anteriormente na seção 6.3. Dada a natureza específica do código, as representações das obras ficaram mais extensas, levando-nos a abordar

integralmente apenas a primeira obra no corpo do texto, sendo selecionadas regras de relevância específica para cada obra.

Um destaque importante sobre a estrutura do código, é o fato de alguns capítulos e seções ainda estão em desenvolvimento como a seção 4, “Registrando atributos de conceito, objeto, evento e lugar”, onde são contemplados os capítulos 12, 13, 14 e 15. Da mesma forma, a seção 10, “Registrando relações entre objetos, eventos e lugares” incluindo os capítulos 33, 34, 35, 36 e 37, encontra-se em processo de desenvolvimento. Como pode ser visualizado na figura 15 abaixo.

Figura 15 – Capítulo 12 do RDA



Fonte: Tirada do site RDA Toolkit (2023).

Apesar disso, podemos obter uma visão geral deles com base em seus títulos, e nas informações disponíveis no FRBR. Para fins de relevância para esta pesquisa, o capítulo 13 “Identificando conceitos”, ainda em desenvolvimento foi utilizado.

Uma descrição completa da primeira obra pode ser consultada a seguir, no quadro 19 abaixo.

Quadro 19 – Representação Descritiva no RDA da obra 1

Regras do RDA	MARC	Descrição
2.3.2 - Título próprio	245 \$a	Auto-retrato
2.3.3.1 - Título paralelo	246 31 \$a	Self-Portrait [idioma original]
2.3.6 - Título variante	246 #2 \$a	Retrato do artista
		Título próprio registrado como: Auto-retrato

2.3.6 - Título variante	246 13 \$i	Título deveria dizer: \$a Autorretrato
2.17.2.4 - Título variante, incorreções	500 \$a	O título contém um erro tipográfico
2.3.2.10 - Manifestação sem título	245 \$a	
2.4.1 - Indicação de responsabilidade	245 \$c	Vincent Van Gogh
9.2.2.11 - Sobrenomes com prefixos escritos separadamente (F.11.3)	100 \$a	Van Gogh, Vincent
9.19.1.3 - Data de nascimento e/ou morte	100 \$d	1853 – 1890
9.17.1.3 - Informação biográfica	N/A	Van Gogh, foi um pintor holandês do final do século XIX e um dos maiores expoentes do pós-impressionismo. Acometido pela depressão, Van Gogh foi internado diversas vezes no hospital de Arles. Em 27 de Julho de 1890, falece em circunstâncias duvidosas. A história recorrente é de que Van Gogh teria atirado contra si. Entretanto, há também a hipótese de que ele tenha sido baleado por alguns meninos da região.
2.7.2.2 - Lugar de produção	264 \$a	Saint Rémy de Provence, França
2.7.2.6 - Lugar de produção não identificado	264 \$a	
2.7.6 - Data de produção	264 \$c	1889
2.7.6.6 - Data de produção não identificada	264 \$c	
3.2.1.3 - Tipo de mídia	337 \$a	Não mediado
3.3.1.3 - Tipo de suporte	338 \$a	imagem
3.4.4 - Extensão imagens paradas	300 \$a	1 pintura
3.5.3 - Dimensão de imagens paradas	340 \$b	65 x 54,2 cm, com quadro 91,5 x 80,2 cm
3.6.1 - Material base	340 \$a	Tela
3.7.1 - Material aplicado	340 \$c	Material base para a pintura Tinta a óleo Material aplicado para a pintura
3.8.1 - Gravação da montagem	340 \$e	Canva Montagem para a pintura

3.9.1 - Método de produção	340 \$d	Aplicação de emplastamento direto do tubo
2.12.2 - Título próprio de série (coleção)	490 \$a	
4.5.1.3 - Restrição de uso	540 \$a	
2.18.1.3 - Histórico de custódia do item	561 \$a	Coleção do Doutor Paul Gachet, Auvers-sur-Oise; Até 1949, na coleção Paul e Marguerite Gachet, os filhos do Doutor Gachet; 1949, aceito pelo Estado como doação de Paul e Marguerite Gachet para o museu Jeu de Paume (comissão de 28/04/1949, despacho de 05/05/1949); 1949, atribuído ao Museu do Louvre, Paris; De 1949 a 1986, Museu do Louvre, galeria Jeu de Paume, Paris; 1986, atribuído ao Museu d'Orsay, Paris.
2.19.1.3 - Aquisição do item	541 \$c	Doação
6.2.2 - Título preferido	130 \$a	Auto-retrato
6.3.1 - Forma da obra	380 \$a	Pintura pós-impressionista
6.6.1 - Outras Característica Distintiva da obra	110 2# \$a	Museu d' Orsay, Paris Proprietário de uma pintura de Vincent Van Gogh intitulada Auto-retrato. Museu Van Gogh, Amsterdã Proprietário de outra pintura de Vincent Van Gogh intitulada Auto-retrato.
6.7.1.3 - História da obra	N/A	Presente de Paul e Marguerite Gachet, filhos do Dr. Gachet, 1949
6.8.1.3 - Identificação para obra	024 7# \$a \$2	747 Museu d' Orsay de Paris
6.9.1.3 - Tipo de conteúdo	336 \$a	Imagem fixa
7.2.1.3 - Natureza do conteúdo	520 0# \$a	Pintura autorretrato do artista em busto, usando terno azul.
7.3.1.3 - Cobertura do conteúdo	522 \$a	Faz parte da coleção do Museu d'Orsay, Paris, por meio de doação desde 1986.

7.10 - Resumo do conteúdo	520 2# \$a	Nessa visão cabeça e ombros, o artista está vestindo um terno turquesa. A atenção está voltada para o perfil direito. A cor dominante é um turquesa pálido no fundo, com redemoinhos e arabescos alucinatórios.
7.17.1.3 - Cor do conteúdo	340 \$g	Azul turquesa, laranja e vermelho.
[13 - Identificação de conceitos]	Espaço reservado	Auto-retrato – busto – perfil direito - barba vermelha – Van Gogh
17.8.1.3 - Manifestação da Obra	130 \$a 100 \$a \$d 752 \$a \$e	Auto-retrato/ Van Gogh, Vincent, 1853 – 1890 (No Museu d' Orsay, Paris)
19.2 - Criador	100 \$a	Vincent Van Gogh

Fonte: Elaborado pela autora.

Na análise inicial desta descrição, alguns aspectos a serem destacados, começando pelo título. O código define diferentes formas do título, como o título paralelo, no idioma original, e o título variante, outro título pelo qual a obra é conhecida, assegurando que, o usuário ao utilizar esses termos em uma busca, a obra deve ser recuperada. O código também estabelece diretrizes para a escrita de sobrenomes com prefixo, a forma que deve ser utilizado como pontos principais de acesso. No que se refere ao autor, é possível registrar a data de nascimento e/o morte, além de informação biográfica relevantes. Uma distinção notável em relação ao AACR2, é a ausência da Designação Geral do Material, onde se define sobre o que se trata determinada obra, no contexto da pesquisa foi utilizado o termo “originais de arte”. No RDA, essa regra foi dividida em três partes: o tipo de mídia, tipo de suporte e tipo de conteúdo, e para cada um existe um campo do MARC 21, os campos respectivamente são: 337, 338, 336.

As dimensões e outras descrições físicas, são categorizadas conforme o tipo de suporte, sendo registrado como “imagem parada”, nesta pesquisa. Outra característica relevante nas descrições físicas, diz respeito as regras sobre material base, material aplicado, gravação da montagem e método de produção. Cada uma dessas regras desempenha um papel crucial na definição de como a obra foi produzida, orientando-o como ela deve ser manuseada, identificando os materiais

envolvidos em sua produção, e fornecendo informações que despertam o interesse do usuário pesquisador, que procura essas informações nas obras que visualiza.

Outra regra a ser mencionada, é a do título preferido, como a obra é mais conhecida, que auxilia na distinção de obras com o mesmo título. Da mesma forma, a seção de “outra característica distintiva da obra”, tem como propósito destacar informações que podem esclarecer dúvidas durante a pesquisa, essa informação pode ser o local atual da obra.

Outras regras que auxiliam a identificar melhor a distinção entre obras, é a história da obra (que não tem um campo no MARC 21), identificação para obra (seria um número identificador atribuído pela Unidade de informação responsável), além das regras: natureza do conteúdo, cobertura do conteúdo e resumo do conteúdo, que traz mais informações específicas para cada obra. Além de regras que no contexto das obras de arte, se tornam relevante, como a cor do conteúdo. Além da regra número 13 “identificação de conceitos”, que ainda está em desenvolvimento, onde se atribui os conceitos ou assunto que a obra aborda.

A segunda obra onde foi feita a descrição utilizando o RDA, é a obra com o mesmo título e artista responsável, por isso será destacada as áreas onde se pode fazer a distinção. A descrição pode ser visualizada no quadro 20 a seguir.

Quadro 20 – Representação Descritiva no RDA da obra 2

Regras do RDA	MARC	Descrição
2.3.2 - Título próprio	245 \$a	Auto-retrato
2.3.3.1 - Título paralelo	246 31 \$a	Self-Portrait [idioma original]
2.3.6 - Título variante	246 13 \$i	Título deveria dizer: \$a Autorretrato
2.17.2.4 - Título variante, incorreções	500 \$a	O título contém um erro tipográfico
2.7.2.2 - Lugar de produção	264 \$a	França, Paris
2.7.6 - Data de produção	264 \$c	1887
3.3.1.3 - Tipo de suporte	338 \$a	Imagem parada
3.4.4 - Extensão imagens paradas	300 \$a	1 pintura
3.5.3 - Dimensão de imagens paradas	340 \$b	41 x 33 cm, 54 x 46,2 cm
3.6.1 - Material base	340 \$a	Papelão Material base para a pintura
3.7.1 - Material aplicado	340 \$c	Tinta a óleo Material aplicado para a pintura
3.8.1 - Gravação da montagem	340 \$e	Canva Montagem para a pintura

3.9.1 - Método de produção	340 \$d	Aplicação de emplastamento direto do tubo
2.19.1.3 - Aquisição do item	541 \$c	Doação
6.3.1 - Forma da obra	380 \$a	Pintura pós-impressionista
6.6.1 - Outras Característica Distintiva da obra	110 2# \$a	Museu Van Gogh, Amsterdã Proprietário de uma pintura de Vincent Van Gogh intitulada Auto-retrato. Museu d' Orsay, Paris Proprietário de outra pintura de Vincent Van Gogh intitulada Auto-retrato.
6.7.1.3 - História da obra	N/A	Deixado pelo artista no apartamento de seu irmão Theo van Gogh, Paris, entre março e junho de 1887.
6.8.1.3 - Identificação para obra	024 7# \$a \$2	s0065V1962 Museu Van Gogh, Amsterdã
6.9.1.3 - Tipo de conteúdo	336 \$a	Imagem fixa
7.2.1.3 - Natureza do conteúdo	520 0# \$a	Pintura autorretrato do artista em busto
7.3.1.3 - Cobertura do conteúdo	522 \$a	Faz parte da coleção do Museu Van Gogh, Amsterdã, por meio de doação desde 1973.
7.10 - Resumo do conteúdo	520 2# \$a	Nessa visão cabeça e ombros, o seu rosto está virado para o perfil esquerdo. O artista está vestindo um terno em vários tons de azul escuro, com pinceladas em laranja e vermelho, assim como o tom da barba. O fundo em tons pastéis em contraste com o azul escuro presente em pinceladas curtas.
7.17.1.3 - Cor do conteúdo	340 \$g	Azul escuro, laranja, vermelho e bege.
[13 - Identificação de conceitos]	Espaço reservado	Auto-retrato – busto – perfil esquerdo - barba vermelha – Van Gogh
17.8.1.3 - Manifestação da Obra	130 \$a 100 \$a \$d 752 \$a \$e	Auto-retrato/ Van Gogh, Vincent, 1853 – 1890 (No Museu Van Gogh, Amsterdã)

Fonte: Elaborado pela autora.

Na segunda obra foram selecionados os elementos core e as informações consideradas relevantes. Destacando os elementos core que contribuem para a distinção entre as obras, tais como o lugar de produção e a data, que é diferente na obra 1. Outros elementos relevantes que auxilia na distinção tem relação com os campos da descrição física, como a dimensão e o material base. A regra 6.6.1, intitulada “outra característica distintiva da obra”, estabelece o local atual de cada obra, mencionada a relação entre as duas.

A terceira obra não possui título, e tem quatro artistas responsáveis, sua descrição pode ser visualizada no quadro 21 a seguir.

Quadro 21 – Representação Descritiva no RDA da obra 3

Regras do RDA	MARC	Descrição
2.3.2.10 - Manifestação sem título	245 \$a	Pintura com traços brancos em formato meia-lua, em um fundo colorido realizada por quatro artistas
2.4.1 - Indicação de responsabilidade	245 \$c	Rildvan Correia, Monica Silva, Maria dos Santos, Severino da Silva
9.2.2.11 - Sobrenomes com prefixos escritos separadamente (F.11.8)	100 \$a	Correia, Rildvan
9.19.1.3 - Data de nascimento e/ou morte	100 \$d	1984 -
2.7.2.2 - Lugar de produção	264 \$a	São Paulo, Brasil
2.7.6 - Data de produção	264 \$c	2010
3.2.1.3 - Tipo de mídia	337 \$a	Não mediado
3.3.1.3 - Tipo de suporte	338 \$a	Imagem parada
3.4.1.3 - Extensão imagens paradas	300 \$a	1 pintura
3.5.3 - Dimensão de imagens paradas	340 \$b	80 cm x 80 cm
3.6.1 - Material base	340 \$a	Tela Material base para a pintura
3.7.1 - Material aplicado	340 \$c	Tinta a óleo Material aplicado para a pintura
3.8.1 - Gravação da montagem	340 \$e	Canva Montagem para a pintura
3.9.1 - Método de produção	340 \$d	Não se aplica
2.18.1.3 - Histórico de custódia do item	561 \$a	Doação Instituto Olga Kos de Inclusão Social
2.19.1.3 - Aquisição do item	541 \$c	Doação
6.3.1 - Forma da obra	380 \$a	Pintura abstrata

6.6.1 - Outras Característica Distintiva da obra	110 2# \$a	Museu do Senado Federal, Brasília Proprietário de uma pintura de Rildva Correia sem título
6.7.1.3 - História da obra	N/A	Produzida durante as atividades para contribuição de renda de jovens com síndrome de Down, do Instituto Olga Kos de Inclusão Social
6.9.1.3 - Tipo de conteúdo	336 \$a	Imagem fixa
7.2.1.3 - Natureza do conteúdo	520 0# \$a	Pintura de autoria de quatro artistas portadores da síndrome de Down
7.3.1.3 - Cobertura do conteúdo	522 \$a	Fez parte em 2010 da exposição Pintou a Síndrome do Respeito, no Espaço Cultural Senador Ivandro Cunha Lima, no Senado Federal, onde foi realizada a doação.
7.10 - Resumo do conteúdo	520 2# \$a	Quatro traços brancos em formato meia-lua, com um círculo pequeno entre os dois primeiros traços, em um fundo com pinceladas marcadas nas cores laranja, vermelho e azul.
7.17.1.3 - Cor do conteúdo [13 - Identificação de conceitos]	340 \$g Espaço reservado	Branco, azul, laranja e vermelho Pintura Abstrata – traços – cores em destaque
17.8.1.3 - Manifestação da Obra	130 \$a 100 \$a \$d 752 \$a \$e	Pintura com traços brancos em formato meia-lua, em um fundo colorido realizada por quatro artistas / Rildvan Correia, 1894 - [e outros três]. (No Museu do Senado Federal, Brasília)
19.3 - Outra pessoa associada ao trabalho	700 \$a \$e	Monica Silva criador
19.3 - Outra pessoa associada ao trabalho	700 \$a \$e	Maria dos Santos criador
19.3 - Outra pessoa associada ao trabalho	700 \$a \$e	Severino da Silva criador
19.3 - Outra pessoa associada ao trabalho	700 \$a \$e	Gustavo Rosa parceria

Fonte: Elaborado pela autora.

Como é uma obra sem título, de acordo com a regra 2.3.2.10, deve ser atribuído um título com as especificações do código, ele auxilia na hora de produzir um título, definindo o que deve conter: “uma indicação da natureza do recurso (por exemplo, mapa, diário, anúncio), uma indicação do seu assunto (por exemplo, nomes de pessoas, pessoas jurídicas, objetos, atividades, eventos, área geográfica e datas) ou/e um título baseado em um recurso relacionado.”

A indicação de responsabilidade tem quatro artistas, de acordo com o RDA, deve representar o ponto de acesso pelo primeiro que aparece, e registrar os demais na indicação de responsabilidade e recuperar os outros no campo de notas. Algumas informações acerca da obra não são conhecidas, então foi utilizado o termo “não se aplica”, como a informação bibliográfica e o método de produção. Outra informação disponível acerca da obra, é que ela foi produzida em parceria com outro artista, esse metadado se encontra na regra 19.3, “outra pessoa associada ao trabalho”, no MARC 21, essa informação está disponível em notas.

A quarta obra onde foi realizada a representação descritiva, utilizando o RDA, foi a “Última de ceia”, de Castagno, a sua representação pode ser visualizada a seguir no quadro 22.

Quadro 22 – Representação Descritiva no RDA da obra 4

Regras do RDA	MARC	Descrição
2.3.2 - Título próprio	245 \$a	Última ceia
2.4.1 - Indicação de responsabilidade	245 \$c	Andrea del Castagno
9.2.2.11 - Sobrenomes com prefixos escritos separadamente (F.11.7)	100 \$a	Castagno, Andrea del
9.19.1.3 - Data de nascimento e/ou morte	100 \$d	1421 – 1457
9.17.1.3 - Informação biográfica	N/A	Castagno foi um pintor florentino, do século XV que influenciou a Escola de Ferrara e foi mestre de Antonio Pollaiuolo.
2.7.2.2 - Lugar de produção	264 \$a	Florença, Itália
1.9.2 - Data de produção não identificada	264 \$c	1445?
3.2.1.3 - Tipo de mídia	337 \$a	Não mediado
3.3.1.3 - Tipo de suporte	338 \$a	Outro
3.4.1.3 - Extensão	300 \$a	1 pintura

3.5.3 - Dimensão de imagens paradas	340 \$b	453 x 975 cm
3.6.1 - Material base	340 \$a	Gesso, argamassa Materiais base para a pintura
3.7.1 - Material aplicado	340 \$c	Tinta Material aplicado para a pintura
3.8.1 - Gravação da montagem	340 \$e	Parede de gesso Montagem para a pintura
3.9.1 - Método de produção	340 \$d	Tinta sobre camada de gesso
2.12.2 - Título próprio de série (coleção)	490 \$a	Coleção Santa Apolônia
2.18.1.3 - Histórico de custódia do item	561 \$a	Refeitório do Convento Santa Apolônia, Florença
6.3.1 - Forma da obra	380 \$a	Pintura afresco Convento Santa Apolônia, Florença
6.6.1 - Outras Característica Distintiva da obra	110 2# \$a	Proprietária de uma pintura afresco de Andrea del Castagno intitulada Última ceia Igreja Santa Maria delle Grazie, Milão Proprietária de outra pintura de Leonardo da Vinci intitulada A última ceia Primeiro cenáculo renascentista pintado dentro do convento de Santa Apolônia, revelado ao público somente no século XIX.
6.7.1.3 - História da obra	N/A	Imagem fixa
6.9.1.3 - Tipo de conteúdo	336 \$a	Pintura afresco de cenáculo
7.2.1.3 - Natureza do conteúdo	520 0# \$a	Cenáculo pintado no refeitório do convento Santa Apolônia aproximadamente no ano de 1445.
7.3.1.3 - Cobertura do conteúdo	522 \$a	A obra foi pintada como se tivesse sido realizada em um pequeno edifício, com ausência da parede frontal. A mesa com toalha branca no centro da cena, com os discípulos ao redor da mesa marcando a cena horizontalmente.
7.10 - Resumo do conteúdo	520 2# \$a	Marrom, azul, laranja, vermelho e vinho.
7.17.1.3 - Cor do conteúdo	340 \$g	Última ceia – arte cristã – paixão de Cristo – simbolismo
[13 - Identificação de conceitos]	Espaço reservado	

	130 \$a	Última ceia / Castagno, Andrea
17.8.1.3 - Manifestação da Obra	100 \$a \$d	del, 1421 – 1457 (Convento de
	752 \$a \$e	Santa Apolônia)
19.2 - Criador	100 \$a	Andrea del Castagno

Fonte: Elaborado pela autora.

As características que devem ser mencionadas, que se diferenciam da representação de outras obras, é a data aproximada, onde essa informação deve estar com o sinal de interrogação, indicando a incerteza do dado. Outra característica, é o método de produção, que seria tinta aplicada em uma parede de gesso, a maneira como o RDA, utiliza diferentes campos para identificar os materiais envolvidos e o método de produção, trazem clareza na forma como a obra foi produzida, uma característica que auxilia na diferenciação de outras obras.

A indicação de coleção presente na seção 2.12.2 “Título próprio de série”, similar com o AACR2, onde se define se determinado documento faz parte de uma coleção, é de importância, caso o usuário procure pela coleção, com o intuito de encontrar outros itens relacionados, nesse caso são obras que fazem parte da coleção do Convento de Santa Apolônia.

Assim como nas obras anteriores, que possuem o mesmo título, a seção 6.6.1, tem como finalidade auxiliar na diferenciação, mencionando a outra obra relacionado em um campo específico.

A quinta obra a ser analisado é “A última ceia”, de Da Vinci, sua descrição pode ser visualizada no quadro 23 a seguir.

Quadro 23 – Representação descritiva no RDA da obra 5

Regras do RDA	MARC	Descrição
2.3.2 - Título próprio	245 \$a	A última ceia
2.3.3.1 - Título paralelo	246 31 \$a	L’Ultima cena [idioma original] Santa ceia
2.3.6 - Título variante	246 #2 \$a	Título próprio registrado como: A última ceia
2.4.1 - Indicação de responsabilidade	245 \$c	Leonardo da Vinci
9.2.2.11 - Sobrenomes com prefixos escritos separadamente (F.11.7)	100 \$a	Da Vinci, Leonardo
9.19.1.3 - Data de nascimento e/ou morte	100 \$d	1452 – 1519

9.17.1.3 - Informação biográfica	N/A	da Vinci, foi um pintor nascido na atual Itália no século XV, é uma das figuras mais importantes do Renascimento. Se destacou também como cientista, matemático, engenheiro, inventor, escultor, arquiteto, botânico, poeta e músico.
2.7.2.2 - Lugar de produção	264 \$a	Milão, Itália
1.9.2 - Data de produção não identificada	264 \$c	entre 1495 e 1498?
3.2.1.3 - Tipo de mídia	337 \$a	Não mediado
3.3.1.3 - Tipo de suporte	338 \$a	imagem
3.4.4 - Extensão imagens paradas	300 \$a	1 pintura
3.5.3 - Dimensão de imagens paradas	340 \$b	460 cm x 880 cm
3.6.1 - Material base	340 \$a	Gesso Material base para a pintura
3.7.1 - Material aplicado	340 \$c	Tinta têmpera com adição de cera de abelha e óleo, misturados com gema de ovo e reboco Material aplicado para a pintura
3.8.1 - Gravação da montagem	340 \$e	Parede de gesso Montagem para a pintura
3.9.1 - Método de produção	340 \$d	Pintura têmpera e óleo sobre duas camadas de gesso
2.12.2 - Título próprio de série (coleção)	490 \$a	Coleção Igreja de Santa Maria delle Grazie
2.18.1.3 - Histórico de custódia do item	561 \$a	Refeitório de Santa Maria delle Grazie, Milão
6.2.2 - Título preferido	130 \$a	A última ceia
6.3.1 - Forma da obra	380 \$a	Pintura afresco Igreja Santa Maria delle Grazie, Milão
6.6.1 - Outras Característica Distintiva da obra	110 2# \$a	Proprietário de uma pintura de Leonardo da Vinci intitulada A última ceia. Convento Santa Apolônia Proprietário de outra pintura de Andrea del Castagno intitulada Última ceia.
6.7.1.3 - História da obra	N/A	Foi encomendada como parte de um plano de reformas na igreja e nos seus edifícios

6.9.1.3 - Tipo de conteúdo	336 \$a	conventuais por, Ludovico Sforza, duque de Milão. Representa a Última ceia de Jesus com os Apóstolos. Imagem fixa
7.2.1.3 - Natureza do conteúdo	520 0# \$a	Pintura afresco com o tema da última ceia, referência a passagem bíblica.
7.3.1.3 - Cobertura do conteúdo	522 \$a	Cenáculo pintado no refeitório da igreja aproximadamente entre os anos de 1495 e 1498. Baseado em João 13:21, quando Jesus anuncia que um dos apóstolos o trairia. Na pintura, Cristo está ao centro com os braços abertos, os apóstolos se agrupam ao redor em quatro grupo de três.
7.10 - Resumo do conteúdo	520 2# \$a	Tons pastéis, azul, vermelho e bege.
7.17.1.3 - Cor do conteúdo	340 \$g	Última ceia – arte cristã – arte renascentista
[13 - Identificação de conceitos]	Espaço reservado	A última ceia / da Vinci, Leonardo, 1452 – 1519 (No Refeitório de Santa Maria delle Grazie, Milão)
17.8.1.3 - Manifestação da Obra	130 \$a 100 \$a \$d 752 \$a \$e	Leonardo da Vinci
19.2 - Criador	100 \$a	

Fonte: Elaborado pela autora.

A obra possui o mesmo título e contém como informação complementar em relação ao título, um título variante, ou outra forma de a obra ser reconhecida, assim como o idioma original do título. A data desta obra também não é precisa, a data aproximada está entre 1495 e 1498.

A técnica empregada foi tinta aplicada a duas camadas de gesso, com o acréscimo de o tipo de tinta utilizada, onde foi informado as misturas e materiais. É indicado a coleção que faz parte, ou seja, na igreja que se encontra. Conta com a seção “outras características distintivas da obra”, assim como a obra anterior, para diferenciar as duas obras com o mesmo título.

O resumo do conteúdo, conta com a passagem bíblica que a obra foi inspirada, assim como a descrição da cena retratada na pintura. Informações

adicionais como a história da obra e a cobertura do conteúdo, também se encontra na descrição.

A sexta obra onde foi realizada a descrição, foi “A última ceia”, de Giampietrino, e pode ser visualizada no quadro 24 a seguir.

Quadro 24 – Representação descritiva no RDA obra 6

Regras do RDA	MARC	Descrição
2.3.2 - Título próprio	245 \$a	A última ceia
2.4.1 - Indicação de responsabilidade	245 \$c	Giampietrino
9.17.1.3 - Informação biográfica	N/A	Giampietrino, discípulo direto de Leonardo da Vinci, a documentação da sua vida e obra é bastante escassa.
2.7.2.6 - Lugar de produção não identificado	264 \$a	[Itália]
2.7.6.6 - Data de produção não identificada	264 \$c	1520?
3.2.1.3 - Tipo de mídia	337 \$a	Não mediado
3.3.1.3 - Tipo de suporte	338 \$a	imagem
3.4.4 - Extensão imagens paradas	300 \$a	1 pintura
3.5.3 - Dimensão de imagens paradas	340 \$b	298 cm x 770 cm
3.6.1 - Material base	340 \$a	Tela
3.7.1 - Material aplicado	340 \$c	Material base para a pintura Tinta a óleo Material aplicado para a pintura
3.8.1 - Gravação da montagem	340 \$e	Canva Montagem para a pintura
3.9.1 - Método de produção	340 \$d	Aplicação direta
2.18.1.3 - Histórico de custódia do item	561 \$a	Atualmente na coleção da Royal Academy of Arts, Londres
6.3.1 - Forma da obra	380 \$a	Pintura renascentista
6.6.1 - Outras Característica Distintiva da obra	110 2# \$a	Academia Real Inglesa, Londres Proprietária de uma pintura de Giampietrino intitulada A última ceia. greja Santa Maria delle Grazie, Milão Proprietária de outra pintura de Leonardo da Vinci intitulada A última ceia.
6.7.1.3 - História da obra	N/A	Reprodução da “A última ceia”, de Leonardo da Vinci.

6.9.1.3 - Tipo de conteúdo	336 \$a	Imagem fixa
7.2.1.3 - Natureza do conteúdo	520 0# \$a	Pintura a óleo com o tema da última ceia, referência a passagem bíblica.
7.3.1.3 - Cobertura do conteúdo	522 \$a	Faz parte da coleção da Academia Real Inglesa, em Londres.
7.10 - Resumo do conteúdo	520 2# \$a	Inclui vários detalhes que não é possível visualizar na obra original, como os pés de Cristo e os decantadores de vidro transparente sobre a mesa.
7.17.1.3 - Cor do conteúdo	340 \$g	Marrom, vermelho, azul e branco.
[13 - Identificação de conceitos]	Espaço reservado	Última ceia – arte cristã – arte renascentista – reprodução de arte
17.8.1.3 - Manifestação da Obra	130 \$a 100 \$a \$d 752 \$a \$e	A última ceia/ Giampietrino (Na Academia Real Inglesa, Londres)
19.2 - Criador	100 \$a	Giampietrino

Fonte: Elaborado pela autora.

As informações bibliográficas disponíveis falam sobre sua relação com Da Vinci, por isso, a obra foi atribuída a Giampietrino, já que não se tem certeza acerca da responsabilidade. Assim também como o local e a data de produção, que não são dados precisos.

O método de produção se difere da obra de Da Vinci, se trata de óleo sobre tela, a informação de que se trata de uma reprodução da obra original, está no campo 6.7.1.3 “história da obra”. Assim como outras obras que possuem semelhança, como o mesmo título, o campo “outras características distintas da obra”, foi usado para definir o local atual de cada obra, deixando claro que são obras diferentes. Informações como natureza do conteúdo, cobertura e resumo, trazem mais informações acerca da obra.

A sétima obra onde foi realizada a descrição pode ser visualizada no quadro 25 a seguir.

Quadro 25 – Representação descritiva no RDA obra 7

Regras do RDA	MARC	
2.3.2 - Título próprio	245 \$a	Retrato de um cavalheiro

2.3.3.1 - Título paralelo	246 31 \$a	Retrato de un caballero [idioma original]
2.4.1 - Indicação de responsabilidade	245 \$c	Autor desconhecido
2.7.2.6 - Lugar de produção não identificado	264 \$a	Lugar não identificado
2.7.6.6 - Data de produção não identificada	264 \$c	16-?
3.2.1.3 - Tipo de mídia	337 \$a	Não mediado
3.3.1.3 - Tipo de suporte	338 \$a	imagem
3.4.4 - Extensão imagens paradas	300 \$a	1 pintura
3.5.3 - Dimensão de imagens paradas	340 \$b	66,5 x 48,5 cm
3.6.1 - Material base	340 \$a	Tela Material base para a pintura
3.7.1 - Material aplicado	340 \$c	Tinta a óleo Material aplicado para a pintura
3.8.1 - Gravação da montagem	340 \$e	Canva Montagem para a pintura
2.12.2 - Título próprio de série (coleção)	490 \$a	Coleção Hirsch Doação Quentin Hirsch, Claudia Leonor Caraballo de Hirsch, Sarah Saavedra Guani de Hirsch, Octavio Caraballo Alfredo e Mario Hirsch, 1983.
2.18.1.3 - Histórico de custódia do item	561 \$a	Doação Pintura Escola Holandesa séc XVII. Museu Nacional de Belas Artes, Buenos Aires.
2.19.1.3 - Aquisição do item	541 \$c	Doação
6.3.1 - Forma da obra	380 \$a	Pintura Escola Holandesa séc XVII. Museu Nacional de Belas Artes, Buenos Aires.
6.6.1 - Outras Característica Distintiva da obra	110 2# \$a	Proprietário de uma pintura de Autor desconhecido intitulada Retrato de um cavalheiro.
6.9.1.3 - Tipo de conteúdo	336 \$a	Imagem fixa
7.2.1.3 - Natureza do conteúdo	520 0# \$a	Pintura de busto, rosto e parte superior do peito. Faz parte da coleção do Museu Nacional de Belas Artes, Buenos Aires, por meio de doação desde 1983.
7.3.1.3 - Cobertura do conteúdo	522 \$a	Nessa visão cabeça, ombros e a parte superior do tronco, o artista está vestindo roupa formal da época, com a mão esquerda apoiada no peito. As
7.10 - Resumo do conteúdo	520 2# \$a	

		cores dominantes são tons mais escuros, em um fundo bege, em contraste com o jabô branco e sua barba e seu bigode em tom castanho.
7.17.1.3 - Cor do conteúdo	340 \$g	Tons mais escuros, bege e branco.
[13 - Identificação de conceitos]	Espaço reservado	Retrato – busto – perfil esquerdo – cavalheiro – século XVII.
	130 \$a	Retrato de um cavalheiro/ Autor desconhecido (No Museu Nacional de Belas Artes, Buenos Aires)
17.8.1.3 - Manifestação da Obra	100 \$a \$d 752 \$a \$e	Nacional de Belas Artes, Buenos Aires)
19.2 - Criador	100 \$a	Autor desconhecido

Fonte: Elaborado pela autora.

A sétima e última obra a ser descrita, não possui autoria, nem uma informação acerca do pintor foi encontrado, diante dessa lacuna, os campos de responsabilidade não puderam ser devidamente contemplados na presente descrição. Para o usuário interessado, a busca será necessária recorrer a outros elementos, como o título, no idioma utilizado no país onde está sendo catalogado, assim também como no idioma original.

A ausência de identificação do artista responsável impede a inclusão de dados relacionados a autoria, tais como data de nascimento e/ou morte, informações biográficas e o local de produção. Diante dessa falta de informação na fonte e em outros meios, a data associada à obra é apresentada como uma estimativa, baseada no século em que se presume que tenha sido produzida. As informações fornecidas sobre a obra são, infelizmente, escassas, incluindo aspectos como o método de produção e a história da obra, os quais também não puderam ser abordados na descrição.

Algumas informações relevantes, contudo, foram disponibilizadas, como a forma de aquisição do item, foram fornecidas. Da mesma maneira, a forma da obra é mencionada, sendo identificada como uma pintura pertencente à escola Holandesa do século XVII. No padrão MARC21, tal informação encontra-se registrada no campo 380, “Forma da obra”, seguindo as diretrizes do RDA.

Sobre a descrição utilizando o RDA, destaca-se o acréscimo de campos que enriquecem a possibilidade de fornecer dados mais abrangentes acerca da obra descrita. Embora muitos desses campos, de maneira semelhante ao AACR2, estejam

presentes no campo de notas, no contexto do MARC21, observa-se uma particular ênfase na importância dos dados, na formulação das regras que são detalhadas e explicativas.

Em relação ao MARC 21, se nota a preocupação do RDA em estabelecer a relação entre os campos do código, com os campos do MARC, já que no próprio RDA, temos acesso ao MARC21. Podemos observar também, o alinhamento com o MARC21, através de campos específicos relacionados com as regras trazidas pelo RDA, com base nos modelos conceituais, como os campos:

- a) 336 – Tipo de conteúdo;
- b) 337 – Tipo de mídia;
- c) 338 – Tipo de suporte;
- d) 046 – Código especial de datas;
- e) 370 – Lugar associado;
- f) 371 – Endereço;
- g) 377 – Gênero;
- h) 380 – Forma da obra;
- i) 382 – Meio de execução;

7.4 Diferenças entre o AACR2 e o RDA

Com o intuito de destacar as diferenças entre os códigos, assim como foi definido na metodologia, foi utilizada a análise comparativa, para melhor visualização a respeito dos principais pontos de diferenciação.

As diferenças marcantes entre o AACR2 e o RDA, está relacionado as terminologias, e a definição de algumas regras, como exemplo a transcrição do título, no AACR2, a regra 1.1B1., diz “Transcreve exatamente no que respeita à redação [...], mas não necessariamente quanto à pontuação e ao uso de maiúsculas.” Já no RDA, a regra 2.3.1.4, diz “Transcreve o título como aparece na fonte de informação.”

Outra regra relacionada ao título, é a 1.1D1, no AACR2, onde está escrito, “Registre títulos equivalentes na ordem indicada por sua sequência ou por seu leiaute na fonte principal de informação.” Já no RDA, na regra 2.3.3.2, diz “Tome os títulos paralelo de qualquer fonte dentro da manifestação.”

Outra diferença observada, é o fato de AACR2 estabelecer critérios pela maneira como será registrada a informação, enquanto no RDA, deve se transcrever

da maneira como aparece na fonte de informação. Como a indicação da edição, que de acordo com o AACR2, deve se utilizar a abreviatura “ed.”, no RDA, deve estar de acordo como aparece na manifestação.

A seguir no quadro 26, a diferença entre alguns critérios estabelecidos pelo AACR2, que foi alterado no RDA.

Quadro 26 – Diferenças em questão a regras entre o AACR2 e o RDA

AACR2	RDA
Abrevia	Não abrevia
Adiciona informações entre colchetes	Transcreve como parece, não acrescenta informações
Regras complexas para vários lugares e editores	Registra nomes na ordem encontrada na fonte
Campo de notas	Orientações sobre notas por todo o RDA
Usa abreviaturas “s.l.” (sine loco)	Usa frases para indicar uma informação desconhecida

Fonte: Elaborado pela autora.

Já as diferenças em relação as terminologias, pode ser visualizada no quadro 27 a seguir.

Quadro 27 – Terminologias no AACR2 e no RDA

AACR2	RDA
Cabeçalho	Ponto de acesso autorizado
Autor, compositor, artista, etc.	Criador
Entrada principal	Título preferido ou ponto de acesso
Remissiva ver	Ponto de acesso variante
Descrição física	Descrição do suporte
DGM	Tipo de conteúdo, tipo de mídia e tipo de suporte
Fonte principal	Fontes preferidas

Fonte: Elaborado pela autora.

Vale mencionar também os pontos citados por Modesto (2019, p. 34), onde é observado também a visualização da descrição final, onde no AACR2 por se tratar de um código desenvolvido ainda nos catálogos em fichas, se difere do RDA, pensando para uso no formato digital. “[...] a RDA surge no contexto do ambiente digital, relativamente com pouca padronização no formato de exibição dos registros, e preconizado como um padrão de conteúdo.” Isso pode ser visto também nos

apêndices relacionados a apresentação visual, onde Modesto (2019, p. 38) ressalta “Como a maioria dos capítulos da RDA estão orientados para o conteúdo, fica liberada dos aspectos formais da apresentação dos registros [...]”. Onde podemos ter em mente que o RDA não está mais preso aos formatos de fichas utilizados anteriormente.

Além das regras acima mencionadas, vale destacar que o RDA incorpora diretrizes relacionadas a outros tipos de suporte, embora, nessa pesquisa, tenhamos concentrado nossa análise exclusivamente em obras de arte. Não foi abordado, por exemplo, suportes como música e os variados meios de reprodução contemplados pelo RDA, assim como os materiais disponíveis na internet por meio de diferentes recursos eletrônicos.

Nossa pesquisa, teve como finalidade oferecer uma base para compreender as mudanças introduzidas pelo RDA no contexto da catalogação, com uma ênfase em um tipo particular de suporte. O RDA se destaca ao fornecer orientações, abordando não apenas o tipo de material, mas também considerando as tarefas realizadas pelo usuário para conduzir sua pesquisa. As regras do RDA têm como base considerar os passos que os usuários adotam para acessar um documento ou recurso, consolidando assim uma abordagem centrada no usuário.

Ao concluirmos esta análise, evidenciando como o a descrição de obras de arte pode ser realizada utilizando o RDA, em comparação com o AACR2, ressaltando ainda a integração do padrão de metadados MARC21, que se configura como um instrumento fundamental para a catalogação de diversos tipos de materiais na atualidade. Esta reflexão não destaca apenas a relevância do RDA na evolução das práticas catalográficas, mas também enfatiza a importância do MARC21 como uma ferramenta essencial na organização e recuperação eficiente de informações em bibliotecas e instituições afins.

8 CONCLUSÃO

A pesquisa teve como ponto de partida a análise dos avanços proporcionados pelo RDA na representação descritiva de obras de arte. Nessa abordagem, tivemos como foco um suporte informacional específico, reconhecendo, contudo, a vastidão de outros tipos de recurso que não puderam ser abrangidos na presente pesquisa.

Com um recorte estratégico, pudemos examinar de forma mais precisa a representação descritiva em ambos os códigos. Nos objetivos delineados, através da pesquisa foi traçado o surgimento do RDA, delineando sua estrutura e a transição do AACR2 para o RDA. Percebemos o impacto dessa mudança para os bibliotecários que atualmente utilizam o AACR2, explorando essa transição.

Uma seção dedicada à exposição dos modelos conceituais forneceu uma visão detalhada de sua estrutura, desenvolvimento e objetivos. Destacamos as entidades e seus atributos, fundamentais para a construção do RDA. Essa abordagem conceitual enriqueceu nossa compreensão sobre a base que sustenta as mudanças no cenário da catalogação, que seria os modelos conceituais.

Na fase de análise, conforme estabelecido nos objetivos, procedemos à descrição de obras de arte selecionadas, em ambos os códigos, visando uma comparação significativa. Através dessa análise, destacamos os principais pontos de diferenciação entre os códigos, o que permitiu a identificação de vantagens distintas que o RDA oferece para a catalogação, destacando a flexibilidade e adaptabilidade desse novo código.

No entanto, é imperativo reconhecer que, apesar das vantagens do novo código, existem desafios persistentes, como a barreira do idioma, uma vez que ainda não há tradução para o português. Além disso, o acesso ao RDA requer uma inscrição anual, o que demanda uma avaliação criteriosa das instituições em relação ao investimento necessário, incluindo a capacitação de profissionais para a utilização eficaz do código. A implementação efetiva do RDA exige uma abordagem estratégica para superar esses desafios.

A importância da catalogação específica de obras de arte está intrinsecamente ligada ao tipo de informação que o usuário busca e à forma como conduz sua pesquisa. Muitas obras analisadas estão em locais diversos, e a disponibilidade dessas informações, por meio de catálogos online, é crucial para

atender às necessidades dos usuários. Exemplos, como o Museu de Van Gogh em Amsterdã, ilustram a eficácia dessa abordagem, com o seu catálogo online. O RDA desempenharia um papel vital na definição dos metadados necessários para fornecer informações relevantes e de importância para os usuários interessados em explorar o universo artístico.

Além do RDA, observamos o surgimento de outros códigos de catalogação que se diferem do AACR2 e são destinados à catalogação de artefatos culturais, como obras de arte. Um exemplo é o *Cataloguing Cultural Objects* (CCO), da *Visual Resources Association*, apresentando diretrizes específicas para catalogação de obras de arte. Além disso, como o padrão de metadados VRA Core, se destaca como referência na descrição de obras de conteúdo visual

Ao explorarmos outros códigos e padrões de metadados, percebemos uma evolução da catalogação, adaptando-se a diferentes segmentos. Embora o RDA seja uma novidade significativa, é importante considerar a existência de outros códigos específicos, cada um direcionado para necessidades e propósito particulares.

A rápida e dinâmica evolução tecnológica abre espaços para mudanças em diversas áreas, incluindo a Biblioteconomia e, por extensão, a catalogação. Essas mudanças não apenas respondem às demandas atuais, mas também apresentam oportunidades de crescimento e aprimoramento nas atividades já realizadas. Nesse contexto, a diversidade de códigos e padrões refletem as diferentes necessidades e abordagens, com a ideia de facilitar o atendimento a diferentes contextos e tipos de suportes culturais.

Portanto, concluímos que a transição do AACR2 para o RDA representa uma evolução necessária na prática da catalogação. Contudo, reconhecemos a importância de uma abordagem estratégica e gradual para realizar essa transição de maneira eficaz. Enfrentar os desafios, como a barreira linguística e a adaptação dos profissionais, será crucial para que possamos aproveitar plenamente os benefícios oferecidos por esse novo paradigma na representação descritiva de obras de arte e outros recursos culturais.

Para isso, é vital que as instituições e profissionais adotem estratégias flexíveis, facilitando a incorporação do RDA em suas práticas de catalogação. Essa abordagem permitirá um ajuste nas atividades realizadas, minimizando impactos negativos.

A representação descritiva de obras de arte, teria avanços significativos com essa transição, permitindo uma catalogação mais precisa, flexível e adaptada, de forma a pensar nas necessidades dos diferentes tipos de usuários. Portanto, a mudança para o RDA, não apenas reflete uma resposta às mudanças no cenário informacional, como também estabelece um compromisso em proporcionar serviços de qualidade em harmonia com as expectativas em constante evolução na sociedade atualmente.

REFERÊNCIAS

CATALOGAÇÃO. In: CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia R.O. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008, p. 451.

DICKENS, Charles. **David Copperfield**. Rio de Janeiro: Penguin, 2016.

FARIA, C. V.; LOURENÇO, C. A. Regras da norma de catalogação recurso descrição e acesso que podem ser padronizadas na política de catalogação da biblioteca. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, Minas Gerais, v. 15, n. 3, p. 208-231, 2019. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1226/1156>. Acesso em: 05 nov. 2023.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação**. IFLA. 2016. Tradução de Marcelo Votto Teixeira. Disponível em: https://repository.ifla.org/bitstream/123456789/89/1/icp_2016-pt.pdf. Acesso em: 8 mai. 2023.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Universal Bibliographic Control and International MARC Core Programme**. IFLA. 1999. Disponível em: <https://archive.ifla.org/ubcim/p1996-1/unimarc.htm>. Acesso em: 5 mai. 2023.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. *In*: IFLA Study Group on the Functional Requirements for Bibliographic Records. **Functional Requirements for Bibliographic Records: Final Report**. 2009. Disponível em: http://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/frbr/frbr_2008.pdf. Acesso em: 10 jan. 2013.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. *In*: IFLA Working Group on Functional Requirements and Numbering of Authority Records. **Functional Requirements for Authority Data: A conceptual model**. 2009. Disponível em: <https://www.ifla.org/wp->

content/uploads/files/assets/cataloguing/frad/frad_2013.pdf. Acesso em: 10 jan. 2013.

JOINT STEERING COMMITTEE FOR REVISION OF AACR. **Código de Catalogação Anglo-Americano**. 2. ed. São Paulo: FEBAB, 2004.

MEY, Eliane Serrão Alves; SILVEIRA, Naira Christofoletti. **Catalogação no plural**. Brasília: Briquet de Lemos/ Livros, 2009. p. 211.

MEY, E. S. A.; GRAU, I. A.; BIAR, F. S.; MEY, E. S. A.; GRAU, I. A. Resource description and access (rda): prós e contras. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 7, p. 43-52, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/rici.v7.n1.2014.1847>. Acesso em: 05 nov. 2023.

MODELO. In: **AULETE**, Dicionário Online de Português. Rio de Janeiro: Lexikon. Disponível em: <https://www.aulete.com.br/modelo>. Acesso em: 18 jun. 2023.

MORENO, P. O modelo conceitual FRBR: discussões recentes e um olhar sobre as tarefas do usuário. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, [S. l.], v. 14, n. 27, p. 47–68, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2009v14n27p47>. Acesso em: 06 jun. 2023.

OLIVER, Chris. **Introdução à RDA: um guia básico**. Brasília: Briquet de Lemos, 2011.

PACHECO, K. L.; ORTEGA, C. D. Origem do modelo frbr. **Biblios (Peru)**, n. 60, p. 63-75, 2015. Disponível em: <https://biblios.pitt.edu/ojs/index.php/biblios/article/view/239/235>. Acesso em: 19 jun. 2023.

PEDRÃO, Gabriela Bazan. **A construção do catálogo de Panizzi: uma análise documental**. Tese (Faculdade de Filosofia e Ciências) - UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA (UNESP), Marília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/ab810def-dff5-4a8a-99a1-fefa1d13d5a4>. Acesso em: 09 dez. 2023.

RDA STEERING COMMITTEE. **O que é RDA?**. RDA Toolkit. 2010. Disponível em: <https://www.rdatoolkit.org/faq#WhatisRDA>. Acesso em: 13 mai. 2023.

RDA STEERING COMMITTEE. **RDA: Resource Description and Access**. Disponível em: <https://www.rdatoolkit.org>. Acesso em: 18 out. 2023.

SANTOS, A. da S. dos; ARAKAKI, F. A. Aplicação do RDA em instituições latino-americanas: um panorama sobre o processo de implementação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [S. l.], v. 18, p. 1–18, 2022. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1678>. Acesso em: 08 maio. 2023.

SILVA, L. C.; SEGUNDO, J. E. S.; ZAFALON, Z. R.; SANTOS, P. L. V. A. C. O código RDA e a iniciativa BIBFRAME: tendências da representação da informação no domínio bibliográfico. **Em Questão**, v. 23, n. 3, p. 130-156, 2017. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/69549>. Acesso em: 13 maio 2023.

SILVA, E. B. O.; SERRA, L. G.; CASSARES, N. C.; VALENCIA, M. C. P. **Conceituação e aplicação do novo padrão para descrição bibliográfica Resource Description and Access (RDA)**. CRB8 Digital, v. 5, n. 1, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/9835>. Acesso em: 08 maio 2023.

SILVA, José Fernando Modesto da. RDA: Introdução e comentário sobre as mudanças na Representação Descritiva. *In*: SILVA, José Fernando Modesto da (Org.); PALETTA, Francisco Carlos (Org.). **Tópicos para o ensino de biblioteconomia**: volume II. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes - USP, v. 2, 2019. 168 p. cap. 2, p. 27-56. Disponível em: <https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/456>. Acesso em: 13 dez. 2023.

APÊNDICE A – ATRIBUTOS DE UMA *OBRA*

Título da <i>obra</i>	Frase ou grupo de caracteres que dá nome à <i>obra</i> .
Forma da <i>obra</i>	Classe que pertence a <i>obra</i> (romance, peça teatral, ensaio etc.).
Data da <i>obra</i>	Data em que a <i>obra</i> foi originalmente criada.
Outra característica distinta	Qualquer característica que sirva para diferenciar a <i>obra</i> de outra com o mesmo título (por exemplo, área de origem).
Terminação pretendida	É um reflexo de se a <i>obra</i> foi concebida como tendo um fim finito ou se pretende continuar indefinidamente.
Público-alvo	Classe de usuários a que se destina a <i>obra</i> .
Contexto da <i>obra</i>	Contexto histórico, social, intelectual, artístico ou outro dentro do qual a <i>obra</i> foi originalmente concebida.
Meio de execução (<i>obra musical</i>)	Instrumental, vocal e/ou outro meio de execução para o qual uma obra musical foi originalmente planejada.
Designação numérica (<i>obra musical</i>)	É um número de série, número de opus ou número de índice temático atribuído a uma obra musical pelo compositor.
Chave (<i>obra musical</i>)	Tom, na música tonal, é o conjunto de relações de altura que estabelece uma única classe de nota como um centro tonal.
Coordenadas (<i>trabalho cartográfico</i>)	Graus, minutos e segundos de longitude e latitude, ou os ângulos de declinação e ascensão que formam os limites externos da área representada na imagem ou objeto cartográfico.
Equinócio (<i>trabalho cartográfico</i>)	Ano que serve como ponto de referência para um mapa ou modelo celeste.

APÊNDICE B – ATRIBUTOS DE UMA EXPRESSÃO

Título da expressão	Frase ou grupo de caracteres que nomeiam a expressão, pode haver um ou mais títulos associados a uma expressão.
Forma da expressão	É o meio pelo qual a obra é realizada.
Data da expressão	É a data em que a expressão foi criada.
Linguagem da expressão	Linguagem na qual a obra é expressa. O idioma da expressão pode compreender vários idiomas, cada um pertencente a um componente individual da expressão.
Outra característica distinta	Qualquer característica da expressão que serve para diferenciar a expressão de outra expressão da mesma obra.
Extensibilidade da expressão	Expectativa de que a expressão terá conteúdo intelectual ou artístico adicional adicionada a ela.
Revisibilidade da expressão	Expectativa de que o conteúdo ou artístico da expressão seja revisado.
Extensão da expressão	Quantificação do conteúdo intelectual da expressão (número de palavras, imagens em uma história em quadrinho etc.)
Resumo do conteúdo	Um resumo do conteúdo de uma expressão é um resumo, sinopse etc.
Contexto para a expressão	Contexto histórico, social, intelectual, artístico etc.
Resposta crítica à expressão	Recepção dada à expressão por revisores, críticos etc.
Restrições de uso na expressão	Restrições de acesso e uso de uma expressão.
Padrão de sequência (serial)	Para uma expressão emitida como folhetim é a forma prevista para ser usada na designação de volumes/faixas etc. e/ou datas para as unidades individuais.
Regularidade esperada de emissão (série)	De uma expressão emitida como uma série é a regularidade antecipada da liberação de edições individuais.
Frequência de emissão esperada (série)	Para uma expressão publicada como folhetim é o intervalo no qual se prevê que os fascículos individuais do folhetim sejam lançados.
Tipo de partitura (notação musical)	Formato usado para representar uma composição musical.
Meio de apresentação (notação musical ou som gravado)	Meio de execução instrumental e/ou vocal representado na expressão de uma obra musical.
Escala (imagem cartográfica/objeto)	Relação entre as distâncias em uma expressão cartográfica e as distâncias reais que elas representam.

Projeção (imagem cartográfica/objeto)	Método ou sistema usado para representar a superfície da Terra ou de uma esfera celeste em um plano.
Técnica de apresentação (imagem cartográfica/objeto)	Método usado para representar características geográficas ou outras em uma imagem cartográfica.
Representação do relevo (imagem cartográfica)	Técnica utilizada para representar as elevações ou as desigualdades de uma superfície terrestre ou do leito de um corpo de água em uma imagem cartográfica.
Mediação geodésica, grade e vertical (imagem cartográfica/objeto)	Incluem informações sobre o esferoide usado para construir a imagem cartográfica, a grade ou sistemas de referência usados na imagem.
Técnica de gravação (imagem de sensoriamento remoto)	Técnica usada para capturar uma imagem por meio de sensoriamento remoto.
Característica especial (imagem de sensoriamento remoto)	Característica especial de uma imagem de sensoriamento remoto ou de uma imagem produzida por fotografia aérea é a altitude e altitude do sensor, a posição da plataforma, etc.
Técnica (imagem gráfica ou projetada)	Método usado para criar uma imagem gráfica ou para realizar movimento em uma imagem projetada.

APÊNDICE C – ATRIBUTOS DE UMA MANIFESTAÇÃO

Título da manifestação	<p>É a palavra, frase ou grupo de caracteres que nomeia a <i>manifestação</i>. Pode haver um ou mais títulos associados a uma <i>manifestação</i>.</p>
Termo de responsabilidade	<p>É uma declaração que aparece na <i>manifestação</i> que nomeia um ou mais indivíduos ou grupos responsáveis pela criação ou realização do conteúdo intelectual ou artístico incorporado na <i>manifestação</i>.</p>
Designação de edição	<p>Uma palavra ou frase que aparece na <i>manifestação</i> que normalmente indica uma diferença no conteúdo ou na forma entre a manifestação e uma <i>manifestação</i> relacionada emitida anteriormente pelo mesmo editor/distribuidor.</p>
Local de publicação/distribuição	<p>O local de publicação/distribuição da <i>manifestação</i> é a cidade, vila ou outra localidade associada na <i>manifestação</i> com o nome da editora/distribuidor.</p>
Editora/distribuidora	<p>O editor/distribuidor da <i>manifestação</i> é o indivíduo, grupo ou organização nomeado na <i>manifestação</i> como responsável pela publicação, distribuição, edição ou lançamento da <i>manifestação</i>.</p>
Data de publicação/distribuição	<p>A data de publicação/distribuição da <i>manifestação</i> é a data de divulgação pública da <i>manifestação</i>.</p>
Fabricante	<p>É o indivíduo, grupo ou organização nomeado na <i>manifestação</i> como sendo responsável pela fabricação ou produção da <i>manifestação</i>.</p>
Declaração de série	<p>É a palavra, frase ou grupo de caracteres que aparecem na <i>manifestação</i>, nomeando a série à qual a <i>manifestação</i> pertence.</p>
Forma de suporte	<p>É a classe específica de material a que pertence o suporte físico da manifestação (por exemplo, fita cassete, videodisco, cartucho de microfilme etc.).</p>
Extensão de suporte	<p>A extensão do suporte é uma quantificação do número de unidades físicas que compõem o suporte (por exemplo, número de folhas, discos, bobinas etc.).</p>
Meio físico	<p>Tipo de material a partir do qual o suporte é produzido (por exemplo, papel, madeira, plástico,</p>

Modo de captura	metal etc.). O meio físico pode incluir, além do material de base, qualquer material que seja aplicado à base (por exemplo, tinta a óleo aplicada sobre tela, uma emulsão química aplicada a uma base de filme etc.). Modo de captura é o meio utilizado para registrar notação, som ou imagens na produção de uma <i>manifestação</i> .
Dimensões do suporte	As dimensões do suporte são as medidas dos componentes físicos e/ou do suporte da <i>manifestação</i> .
Identificação da <i>manifestação</i>	Um número ou código associado exclusivamente à <i>manifestação</i> que serve para diferenciar essa <i>manifestação</i> de qualquer outra <i>manifestação</i> .
Fonte para aquisição/autorização de acesso	A fonte para aquisição ou autorização de acesso de uma <i>manifestação</i> é o nome de um editor, distribuidor, etc. Indicado na <i>manifestação</i> como a fonte da qual a <i>manifestação</i> pode ser adquirida ou por quem o acesso pode ser autorizado.
Termos de disponibilidade	São os termos indicados na <i>manifestação</i> sob os quais o fornecedor normalmente disponibilizará a <i>manifestação</i> , ou o preço pelo qual a <i>manifestação</i> vende. São restrições de acesso e uso de uma <i>manifestação</i> . As restrições de acesso podem ser baseadas em direitos autorais ou podem se estender além das proteções garantidas por lei ao proprietário dos direitos autorais.
Restrições de acesso	É o estilo de tipo usado para imprimir um livro (por exemplo, Baskerville, Times New Roman etc.).
Fonte (livro impresso)	É o tamanho dos caracteres em um livro impresso (por exemplo, 10).
Tamanho da fonte (livro impresso)	Reflete o número de dobras feitas em uma folha impressa para formar um agrupamento de folhas (por exemplo, uma folha dobrada duas vezes para formar um in-quarto, três vezes para formar um in-oitavo etc.).
Foliação (livro impresso à mão)	Reflete a sequência de coletas em um livro conforme indicado pelas assinaturas em cada coleta (por exemplo, quatro coletas com assinaturas de A a D).
Agrupamento (livro impresso à mão)	É o status do periódico com relação à sua publicação contínua (ou seja, se está publicado atualmente ou se cessou a publicação).
Status da publicação (série)	

Numeração (série)	A numeração de uma manifestação emitida em folhetim é a designação do volume/edição etc. e/ou data que aparece na manifestação.
Velocidade de reprodução (gravação de som)	A velocidade de reprodução de uma gravação de som é a velocidade na qual o portador deve ser operado para produzir o som pretendido.
Largura da ranhura (gravação de som)	A largura da ranhura é indicativa do número de ranhuras por polegada cortada em um disco ou cilindro.
Tipo de corte (gravação de som)	Tipo de corte é a direção na qual as ranhuras são cortadas em um disco ou cilindro.
Configurações da fita (gravação de som)	A configuração da fita é o número de trilhas em uma fita de som (por exemplo, oito trilhas, doze trilhas).
Tipo de som (gravações de som)	O tipo de som reflete o número de canais de som usados para fazer a gravação (mono, estereofônico, quadrifônico etc.).
Características especial de reprodução (gravação de som)	Uma característica especial de reprodução é o sistema de equalização, sistema de redução de ruído, etc. usados na gravação.
Cor (imagem)	A(s) cor(es), tom(es) etc. (incluindo preto e branco) usados na produção de uma imagem.
Taxa de redução (microforma)	Taxa de redução é o grau em que um texto ou imagem foi reduzido no processo de microfilmagem. A taxa de redução também pode ser indicada como uma faixa.
Polaridade (microforma ou projeção visual)	A relação das cores e tons de uma imagem no filme com as cores e tons do objeto filmado.
Geração (microforma ou projeção visual)	A geração é um reflexo do número de vezes que uma imagem em filme foi transferida de um suporte para outro.
Formato de apresentação (projeção visual)	O formato de apresentação é o formato usado na produção de uma imagem projetada.
Requisitos do sistema (recurso eletrônico)	Os requisitos do sistema para um recurso eletrônico incluem requisitos relacionados a hardware, software e periféricos.
Características do arquivo (recurso eletrônico)	As características de arquivo para um recurso eletrônico incluem padrões ou esquemas usados para codificar o arquivo e características físicas do arquivo.
Modo de acesso (recurso eletrônico de acesso remoto)	Modo de acesso é o meio de acessar um recurso eletrônico remoto (por exemplo, Internet, World Wide Web etc.).
Endereço de acesso (recurso eletrônico de acesso remoto)	O endereço de acesso é um código alfanumérico (por exemplo, localizador universal de recursos - URL) usado para facilitar o acesso remoto a um recurso eletrônico.

APÊNDICE D – ATRIBUTOS DE UM ITEM

Identificador do item	É um número ou código que está associado de forma única ao item, e serve para diferenciar aquele item de qualquer outro item da mesma coleção e/ou instituição (por exemplo número de chamada, número de adesão, código de barras, etc.)
Impressão digital	Uma impressão digital é um identificador construído pela combinação de grupos de caracteres transcritos de páginas específicas de um item impresso.
Proveniência do item	A proveniência de um item é um registro de propriedade anterior ou custódia do item.
Marcas/inscrições	Em um item incluem quaisquer assinaturas, numeração, anotações, etc. que tenham sido aplicadas exclusivamente ao item pelo artista, fabricante, proprietário, etc.
Histórico da exposição	O histórico da exposição é um registro das exposições públicas de um item, incluindo datas, locais etc.
Condição do item	É a condição física do item, particularmente quaisquer variações entre a composição física do item e a manifestação que ele exemplifica (por exemplo, falta de páginas, placas etc.).
Histórico de tratamento	É um registro do tratamento pelo qual o item foi submetido (por exemplo, desacidificação, restauração etc.).
Tratamento agendado	O tratamento programado de um item é um plano para o tratamento futuro do item (por exemplo, lavagem química).
Restrições de acesso ao item	Restrições de acesso a um item são quaisquer limitações impostas ao acesso físico ao item.
